



Anais da Assembléia

N.º 93

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 25 DE AGOSTO DE 1983

ANO IX

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 87ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 1983

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do senhor deputado Trajano Bastos, secretariada pelos senhores deputados Edmar Luiz Costa e Erondy Silvério.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes (57); achando-se em licença o senhor deputado Fuad Nacli (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — Procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob o n.º 069/83, do senhor MÁRIO BARRETO CORRÊA LIMA — Presidente da Associação Médica Brasileira, comunicando o posicionamento contrário da Associação, quanto a cobrança de honorários médicos a previdenciários internados em enfermarias comuns ou que buscam consultórios de médicos credenciados pelo INAMPS. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n.º 075/83, do senhor ANTÔNIO ALVES MADEIRA — Presidente da Câmara Municipal de TAPEJARA, solicitando atenção ao grande problema que aflige a população do Noroeste do nosso Estado, precisamente nas cidades de Tapejara e Tuneiras do Oeste, quanto ao desmatamento da maior reserva nativa, sendo raro exemplar da Fauna e Flora do nosso Estado. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n.º 815-P, do senhor deputado JUAREZ MAGALHÃES — Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, encaminhando proposição n.º 1935, de autoria do nobre deputado MARANHÃO JAPIASSÚ, o qual reitera irrestrita solidariedade e inabalável crença na capacidade incontestada de rápida recuperação dos danos causados pelas enchentes na região Sul do País, deixando mais uma vez registrado nos Anais de nossa história, a capacidade de luta e a determinação de nossa

gente. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n.º 885-P, do senhor deputado JUAREZ MAGALHÃES — Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, o qual encaminha proposição n.º 1968, de autoria dos nobres deputados EURICO BARBOSA e TOTÓ CAVALCANTI, propondo a instituição de PLEBISCITO NACIONAL, a fim de que o povo brasileiro decida sobre manter-se o atual sistema de escolha indireta ou restabelecer-se o sufrágio universal e direito para a eleição do Presidente da República do Brasil. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n.º 053/83, do senhor ERNO MENNO MULLER — Presidente do Partido do Movimento Democrático Brasileiro — PMDB do Município de Medianeira, comunicando a aprovação de MOÇÃO DE REPÚDIO contra os atos praticados pelo MAJOR BEZERRA, Comandante do 8.º Batalhão do Corpo de Bombeiros da Secretaria de Estado da Segurança Pública, sediada no Portão, nesta Capital, através da N.R.A. — NORMA REGULAMENTAR DE AÇÃO, proibindo a visita do deputado estadual SÉRGIO SPADA; LUIZ HENRIQUE BONA TURRA — Membro do Conselho Estadual de Educação e ADOLPHO MARIANO DA COSTA — Advogado e Assessor do Secretário de Estado da Justiça, no dia 11 do corrente mês, às 10:30 horas, quando foram arbitrariamente impedidos de realizar visita oficial ao Professor JUVÊNCIO MAZZAROLLO, recolhido naquela unidade do Corpo de Bombeiros, nesta Capital, com graves violações dos direitos humanos de Juvêncio Mazzarollo, sentenciado com base na espúria Lei de Segurança Nacional por delito de opinião. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n.º 786/83-P, do senhor GIL GOUVÊA MACIELIRA — Presidente da Caixa Econômica Federal, comunicando que conforme expediente encaminhado ao Excelentíssimo senhor Presidente da República, solicitando ampliação dos benefícios advindos do Decreto-Lei 1944/82, aos Oficiais de Justiça, que a Caixa Econômica Federal, apoiando mais um programa social do governo, atua como um dos agentes concessionários dos financiamentos, não tendo competência, portanto para ampliar os limites de abrangência do Decreto-Lei 1944/82. — **Ao conhecimento da Casa.**

Emendas:

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 83/83

SÚMULA: Regulamenta a posse no exercício de cargo, empregos ou funções da administração direta e indireta do Governo Estadual para os quais é exigida qualificação profissional de nível superior. E dá outras providências.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1983.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 83/83

Emenda Substitutiva ao Artigo 1.º.

Onde se lê:

“posse”

“só será efetivada com”

“Conselho Regional”

Leia-se:

“ingresso”

“será precedida de”

“Conselho Regional e demais órgãos de fiscalização profissional”; respectivamente.

O Artigo 1.º passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1.º — O ingresso no exercício de cargos, empregos

ou funções da administração direta e indireta do governo estadual, para os quais é exigida qualificação profissional de nível superior será precedido de comprovação do registro no Conselho Regional e demais órgãos de fiscalização profissional correspondente à respectiva qualificação."

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1983.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 83/83

Emenda Substitutiva ao Artigo 2.º

Onde se lê:

"ocupantes"
"regularização"
"Conselhos Regionais"

Leia-se:

"exercentes"
"pagamento da anuidade"
"Conselhos Regionais e demais órgãos de fiscalização profissional"; respectivamente.

O artigo 2.º passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2.º — Em julho de cada ano, os exercentes dos cargos, empregos ou funções mencionadas no artigo anterior, deverão comprovar o pagamento da anuidade perante os respectivos conselhos regionais e demais órgãos de fiscalização profissional, junto ao órgão competente da administração estadual a que estiverem vinculados."

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1983.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 83/83

Emenda Substitutiva ao parágrafo único do artigo 2.º

Onde se lê:

"ocupantes"
"30 (trinta)"

Leia-se:

"exercentes"
"60 (sessenta);" respectivamente.

O parágrafo único do artigo 2.º passa a ter a seguinte redação:

"Parágrafo único — Os atuais exercentes dos cargos, empregos ou funções mencionados no artigo 1.º desta Lei terão prazo de 60 (sessenta) dias para a comprovação a que se refere este artigo."

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1983.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 83/83

Emenda Substitutiva ao artigo 3.º

Onde se lê:

"Governo do Estado"
"Conselhos Regionais"
"ocupantes"

Leia-se:

"Estado"
"Conselhos Regionais e demais órgãos de fiscalização profissional"; respectivamente.

O artigo 3.º passa a ter a seguinte redação:

"Art. 3.º — Os órgãos da administração direta e indireta do Estado deverão anualmente enviar, aos Conselhos Regionais e demais órgãos de fiscalização profissional, encarregados de fiscalizar o exercício profissional, a relação nominal dos exercentes de cargos, empregos ou

funções para os quais é exigida a habilitação de nível superior".

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1983.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

Requerimentos:

REQUERIMENTO

SÚMULA: REQUER o encaminhamento de pedido de informações à Sanepar, através da Secretaria de Estado do Interior.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja encaminhado ao senhor presidente da Sanepar o seguinte pedido de informações:

a) Como estão se desenvolvendo as obras de implantação do sistema de abastecimento de água na localidade denominada Mariental, no Município da Lapa?

b) Se houve interrupção na execução dos trabalhos, quais os motivos?

c) Para quando está prevista a conclusão das referidas obras?

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1983.

(a) AIRTON CORDEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de TELEX ao Excelentíssimo senhor Presidente da República; ao Ministro da Indústria e Comércio, Camilo Pena e ao presidente do Instituto Brasileiro do Café - IBC, sugerindo, entre outras medidas, o seguinte:

1 — Preço mínimo de garantia de Cr\$ 46.000,00 a saca, que é basicamente a metade do preço de exportação;

c — Reajuste mensal a partir de 1.º de outubro;

3 — Compra do Tipo 7, pelo IBC, sem descrição de bebida e num valor de cinco por cento inferior ao valor do Tipo 6, isto em função da perda da qualidade em função das chuvas por ocasião da colheita;

4 — Medidas urgentes para evitar o processo de erradicação, que no Paraná atinge níveis dramáticos, como forma de brear o êxodo rural (responsável por aproximadamente oitocentos mil "bóias-frias" no Estado), além de minimizar a erosão;

5 — Imprimir, urgentemente, uma política de renovação do parque cafeeiro como forma de evitar a descapitalização, não apenas dos produtores, mas também do próprio governo. A substituição das áreas de café por culturas mecanizadas tem sido o fator principal da redução do parque cafeeiro.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1983.

(a) FIORI LUIZ

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro à Mesa, ouvida a Casa, seja oficiado ao senhor Diretor Presidente da Copasa, no sentido de que estude a possibilidade da implantação de unidades de armazenamento de maçã nos Municípios de Porto Amazonas e Guarapuava, municípios estes maiores produtores de maçã do Paraná.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1983.

(a) DONATO GULIN

JUSTIFICATIVA:

Temos necessidade da implantação de unidades de armazenamento da maçã no Paraná, a fim de dar maior estímulo a esta cultura através de crédito de custeio, financiamento e apoio à comercialização com a suspensão de importação do produto argentino na época da safra brasileira. Acharmos que as primeiras unidades de armazenamento deveriam ser implantadas em

Porto Amazonas e Guarapuava, os dois municípios maiores produtores de maçã do Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo senhor secretário de Administração, solicitando que o mesmo envie esforços no sentido de instalar em Mamborê um posto de atendimento do IPE.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

De há muito os funcionários públicos que militam na função pública no Município de Mamborê reivindicam que o IPE ali mantenha um posto para seu atendimento, e diga-se que a reivindicação é das mais justas, pois os mesmos quando necessitam de atendimento têm que se deslocar até Campo Mourão, o que lhes causa sérias dificuldades. Daí a presente solicitação que ora fazemos para atender uma parcela de nossa comunidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

A deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo senhor secretário de Saúde e Bem-Estar Social, solicitando que o mesmo envie seus esforços no sentido de se implantar no Distrito de Alto São João, Município de Roncador, um posto de saúde.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Alto São João conta com aproximadamente 3.000 (três mil) habitantes, e não possui a infra-estrutura capaz de atender sua população, esta totalmente carente, haja visto ser na sua grande maioria trabalhadores rurais. Daí a presente solicitação, para que a mesma população trabalhadora possa se assegurar do mais elementar direito, o da saúde.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, que se envie expediente à Excelentíssima senhora secretária de Educação, solicitando seus esforços no sentido de ser reformada a escola de primeiro e segundo grau de Fênix.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A escola de primeiro e segundo grau no Município de Fênix está sem condições de funcionamento dada suas precárias condições, daí ser necessária urgentes medidas para que o mesmo seja reformado a fim de atender sua clientela.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, vem requerer o que segue:

1 — seja enviado ao Governador do Estado expediente no sentido de ser estudada a conveniência de liquidação da sociedade mercantil denominada "Banco Del Paraná", que funciona no Paraguai, como subsidiária do Banco do Estado do Paraná S.A.;

2 — que esta liquidação seja promovida no prazo de noventa dias.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1983.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

1 — 1 — O Banco do Estado do Paraná apresentou, no primeiro semestre de 1983, o prejuízo de onze bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros, conforme balanço publicado no dia 30 de julho último, na imprensa paranaense. Como causas básicas desse desempenho negativo está a diferença entre despesas e receitas operacionais; porque a administração do banco preferiu ser realista e indicar na peça contábil a real incidência dos custos internos da instituição.

2 — A análise do mesmo balanço indica ainda, que algumas das subsidiárias do BANESTADO contribuíram para agravar esse prejuízo, em vez de resultar em força de sinergia, positiva para a função do banco de apoio à economia paranaense.

3 — Entre as subsidiárias que agravam o prejuízo, está o Banco Del Paraná com Cr\$ 256.900.000,00 de perda no semestre. Além do prejuízo, existe "ajustes nos saldos abertos" de Cr\$ 667.600.000,00 que, à falta de maiores detalhes nas notas explicativas, aparenta ser o disfarce de um prejuízo maior, conforme interpretação contábil mais aceita.

4 — Ora, o Banco Del Paraná já foi criado com um vício de origem. Essa instituição subsidiária — para ser estabelecida deveria ter recebido autorização formal do Poder Legislativo Estadual, nos precisos termos da Lei das Sociedades Anônimas, (Lei n.º 6404/76):

"Art. 236 — A Constituição de Companhia de economia mista depende de prévia autorização legislativa.

Art. 237 — A companhia de economia mista somente poderá explorar os empreendimentos ou exercer as atividades previstas na lei que autorizou a sua constituição.

§ 1.º — A companhia de economia mista somente poderá participar de outras sociedades quando autorizada por lei..."

5 — Os registros técnicos desta Assembléia Legislativa não assinalaram qualquer lei autorizatória de criação do Banco Del Paraná no período governamental anterior, leve-se em conta que esse estabelecimento foi constituído, ao arrepio da lei, nos idos de 1980.

6 — Doutro lado, qual o objetivo do Governo do Paraná ao implantar um banco no Paraguai? Será que em meio à nossa pobreza franciscana — mascarada embora por obras faustosas como as do governo anterior — nós poderíamos nos dar ao luxo de investir um bilhão e oitocentos milhões de cruzeiros num país estrangeiro?

Para financiar o intercâmbio comercial com firmas paranaenses, poderia se dizer. Mas a realidade é que os paranaenses que operam com o Paraguai — ou possuem negócios naquele país — são os primeiros a clamar contra a nenhuma assistência que recebem do tal Banco Del Paraná. E os que conseguem barrar com as dificuldades rotineiras de documentar seu pedido que só se consegue mediante propinas dado alto grau de corrupção que impera naquele país.

7 — Na realidade, ao implantar o Banco Del Paraná no Paraguai, o governo anterior nada mais fez que criar polpudos cargos para afilhados seus. E do que apoiar financeiramente grupos de pessoas ligados à ditadura que esmaga o povo vizinho há quase três décadas.

8 — Portanto, nesta hora de dificuldade, nada mais justo do que liquidar os investimentos feitos com a malfadada criação do Banco Del Paraná, estancando a sangria que aquele estabelecimento vem fazendo sobre nossas magras divisas — e a perda já passa dos duzentos milhões de cruzeiros — antes que todo o patrimônio ali investido se perca.

9 — Ademais, o projeto de liquidação do Banco Del Paraná tem o apoio da maioria do corpo funcional do BANESTADO, que sofreu na carne o prejuízo ocorrido, o qual afetou os rendimentos dos servidores porque debitado ao balanço geral do próprio BANESTADO.

10 — Estima-se que a administração do Paraná, com seu

compromisso em relação aos reais interesses do povo paranaense, haverá de querer aplicar aqui os cruzeiros disponíveis — que são poucos — em vez de financiar a atroz ditadura paraguaia com essa infeliz aventura representada pelo Banco Del Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O parlamentar que o presente subscreve, atendendo as formalidades regimentais, REQUER, após ouvir o Plenário, a inserção nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o pronunciamento proferido pelo doutor Ulisses Guimarães, digníssimo presidente do Diretório Nacional do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, no Congresso Nacional, em sessão do dia 24 de agosto próximo passado.

É o que requer.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1983.

(a) GERNOTE KIRINUS

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 124/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Nas empresas de economia mista, nas quais o Estado do Paraná seja acionista majoritário, fica vedada a qualquer título a distribuição de dividendos a funcionários e diretores.

Parágrafo único — A proibição estabelecida por este artigo estende-se ao pagamento de salários adicionais, a qualquer título, excluído o décimo terceiro.

Art. 2.º — As empresas mencionadas no artigo 1.º deverão, obrigatoriamente, movimentar seus recursos financeiros através do Banco do Estado do Paraná S/A, que intermediará, quando for o caso, as operações com bancos de outros Estados.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1983.

(a) ROBERTO REQUIÃO

APOIAMENTO: Sabino Campos, Paulo Furiatti, Orlando Pestutti, Homero Oguido, Tadeu França, Adhail Sprenger Passos, José Antônio Fonseca, Nelson Vasconcellos, Fiori Luiz, Edmar Luiz Costa e Mário Pereira.

JUSTIFICATIVA:

A prática da distribuição de lucros por empresas de economia mista é bastante condenável por motivos que se nos parecem bastante óbvios.

Se, em primeiro lugar, a empresa de economia mista tem como acionista majoritário o Estado, não deixam os seus empregados, de uma maneira indireta, de serem servidores públicos de uma casta privilegiada, pois percebem vantagens e benefícios que não são concedidos ao funcionário estatutário.

Por outro lado, em se tratando de atividades financeiras cujas finalidades são a prestação de serviços ao povo do Estado, de um modo geral, não se concebe, como fatalmente ocorre, que estes benefícios especiais concedidos a seus empregados e diretores venham a se refletir em custos que são repassados na forma de tarifas aos usuários do serviço.

Em terceiro lugar, mas não menos importante, ocorre-nos que a prática ora condenada, para dizer o mínimo, foge completamente aos padrões éticos desejados de uma atividade voltada ao bem-estar da população, tendo em vista que o balanço destas empresas muitas vezes são manipulados para fazer aparecer um lucro contábil que financeiramente não existe.

Se o Governo do Estado, fiel aos princípios em que se baseou a campanha do PMDB, realmente pretende o expurgo de situações anômalas, antiéticas e imorais herdadas das administrações anteriores, sem dúvida a medida ora proposta merecerá o apoio desta Casa e a sanção governamental.

PROJETO DE LEI N.º 125/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica alterada a denominação do Colégio Francisco Carneiro Martins, do Município de Guarapuava, para a de "Professor Joaquim Prestes".

Art. 2.º — A escola de primeiro grau, do núcleo habitacional Cristo Rei, do Município de Guarapuava, passa a denominar-se "Escola Francisco Carneiro Martins".

Art. 3.º — Esta lei vigorará à data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1983.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

APOIAMENTO: Sabino Campos, Mário Pereira, Amélia Hruschka, José Antônio Fonseca, Homero Oguido e Edmar Luiz Costa.

JUSTIFICATIVA:

O professor Joaquim Prestes, durante vários anos foi titular da cadeira de português no estabelecimento de ensino que pretendemos tenha o seu nome. Sua atividade política e educacional honra, sobremaneira, toda a comunidade de Guarapuava, que hoje, após seu desaparecimento, pretende homenageá-lo. De outra parte, consideramos justo não olvidarmos a figura de Francisco Carneiro Martins, patrono do estabelecimento cuja denominação intencionamos alterar, tributando ao mesmo o preito contido no artigo 2.º desta Lei.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está finda a leitura do expediente.

A Mesa registra com satisfação a presença em Plenário do senhor Nelson Salles Rosa, Vereador da Câmara Municipal de Ponta Grossa.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao senhor deputado Nelson Buffara, inscrito.

Ausente, concedo a palavra ao senhor deputado José Antônio Fonseca.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FONSECA — Senhor presidente, senhores deputados. (Lê):

"Hoje é o dia de luta dos estudantes. Não poderia pois, como estudante que fui, partícipe de todas as lutas que se processavam no seio da classe em meu tempo, deixar de associar-me à classe estudantil paranaense, tanto para render-lhe as homenagens desta Casa, especialmente, da bancada do PMDB, quanto também, para enfileirar no elenco dos alertas ao Governo do Estado, a preocupação educacional, como empenhamento prioritário do governo democrático, considerando, do ponto de vista teórico, que "reformular o mundo, é investir na evolução dos homens que o compõem", e, do ponto de vista fático, a decadência da cultura brasileira e o correspondente servilismo nacional às forças que nos colonizam lá de fora, amparadas pelos comandos revolucionários instalados no governo do País.

Senhor presidente, senhores deputados, ao receber hoje, uma carta sintetizadora do pensamento e da posição da juventude da região Oeste do Paraná, redigida no primeiro congresso realizado em Medianeira, senti o meu orgulho extrapolar dos freios da dissimulação, para dizer com entusiasmo incontido, desta tribuna, que a nossa luta, nobres companheiros, vale a pena.

Na carta, afirmam os jovens oestinos, que se preocupam com o momento brasileiro. E dando provas dessa sinceridade, oferecem sugestões ao governo, afirmando que os desacertos componentes desta crise, começam pelo sistema agrário que já não atende as contingências do nosso tempo, porque concentra nas mãos de poucos, a terra que é de todos. E com efeito, são mais de quatrocentas e cinquenta mil pequenas propriedades rurais que eram responsáveis por sessenta por cento da produção

de alimentos, já deixaram de existir neste Estado, indo formar as populações marginalizadas dos centros urbanos.

E vão além os jovens de minha região, analisando a política financeira do País e responsabilizando-a pela disfunção econômica da Nação. A qual situam no desplanejamento agrícola. No que estão os nossos respeitáveis jovens, absolutamente certos, porque, sendo este Estado, como todo o Brasil, essencialmente agrícola, isto é, que tem sua economia assentada sobre a agricultura, desde os nossos primórdios históricos, é preciso que a agricultura seja fortalecida, para que a nossa economia se planeje com substância real de produção. Pois que se as nossas origens são a terra, é dessas origens que devemos partir para o planejamento de toda a nossa atividade laboriosa.

Isto vem mostrar que a mocidade estudantil brasileira está madura. E diante desse amadurecimento, que temos certeza, foi formado pelas conjunturas adversas aos nossos propósitos nacionais, que perduram por duas décadas, a juventude deve ser ouvida, porque não assiste mais razão ao Governo para subestimá-la como sempre se fez neste País. Aliás, a juventude estudantil brasileira sempre marcou a sua presença em todos os eventos marcantes da história brasileira. Ela se fez presente na "Inconfidência Mineira"; ela esteve presente na conscientização dos brasileiros em todo o processo de nossa independência política; ela esteve presente, na Proclamação da República; ela esteve presente em todas as lutas mais destacadas contra a ditadura destes dezenove anos de "Revolução" chamada de "Redentora". E em todas essas ocasiões, teve vítimas. Viu companheiros covardemente metralhados, como ocorreu neste episódio revolucionário na sede da UNE, cuja entidade foi impiedosamente dissolvida. E, no momento mais crucial da vida política brasileira, foram os estudantes da Universidade de Brasília, inclusive com jovens levantando-se contra a tirania ditatorial sustentada pelos próprios pais, como ocorreu com filhos de ministros do regime, que com a altivez e coragem que é própria do nosso povo, levantaram-se para reconquistarem as suas prerrogativas de ação política que o Decreto 477 lhes tirava.

Senhor presidente, senhores deputados, só temos pois, exemplos muitos dignos da juventude brasileira. E cumpre a nós representantes do povo, reconhecer com humildade o arrojo da nossa raça; a compostura do sangue brasileiro que flameja nas veias dos nossos jovens, os quais são a melhor certeza das conquistas pelas quais lutamos, porque são os herdeiros muito dignos deste nosso legado histórico.

À mocidade brasileira, aos estudantes do meu Estado, aos jovens do Oeste do Paraná, as homenagens desta Casa, e o nosso respeito político. E com o nosso respeito, depomos o nosso empenho pela doutrina do PMDB que tem na juventude brasileira a sua base. E por cuja exercitação em favor da promoção educacional e cultural da nossa gente, convoco o governo deste Estado."

"CARTA DE APOIO ÀS AUTORIDADES

Os jovens reunidos no I Congresso realizado em Medianeira, com participação de mais de 750 jovens vindos dos Municípios de Santa Terezinha, Matelândia, São Miguel do Iguaçu, Missal e Medianeira, no dia 07 de agosto de 1983, tendo como tema: "O JOVEM E A CRISE ATUAL", onde analisamos a triste e desumana realidade que vem afetando a maioria da população brasileira, principalmente nos jovens.

Achamos por bem dirigir esta carta de apoio a todas as autoridades empenhadas num trabalho em defesa dos mais oprimidos do nosso povo, de modo especial ao Secretário da Agricultura e órgãos ligados a esta Secretaria, que vem lutando pela implantação da Reforma Agrária.

Achamos que o agravamento da situação atual se deve à excessiva concentração de terras nas mãos de poucos, levando ao êxodo rural e agravando a situação do desemprego nas cidades.

Acreditamos também que não basta a distribuição das ter-

ras sem haver uma alteração na política agrícola financeira, e no sistema de comercialização dos produtos agrícolas do País, que devem estar voltados aos interesses dos agricultores.

Queremos manifestar o nosso compromisso de dispender os esforços que estiverem ao nosso alcance para que esta proposta seja concretizada.

Medianeira - PR, 07 de agosto de 1983."

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, senhor deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Senhor presidente, senhores deputados e senhoras deputadas.

Venho à tribuna hoje para trazer, com entusiasmo, o nosso requerimento pedindo que seja transcrito aos Anais desta Casa, o discurso patriótico do Presidente do PMDB, do Diretório Nacional, deputado Ulisses Guimarães, que prega a união e defende a moratória.

Aliás, transformado já esta tese num dever cívico, imitando ou relembando a cívica e patriótica marcha do senador Teotônio Vilela.

O presidente do PMDB nacional, declara a toda à Nação, com um discurso de duas horas, que foi inclusive publicado na "Folha de São Paulo", cujas transcrições eu peço sejam consideradas e sejam transcritas nos Anais desta Casa. Vivemos, não resta dúvida, uma situação de moratória tácita, diz o Presidente, no seu discurso. Desta forma, o País sofre todos os ônus de uma situação de moratória, ao mesmo tempo que vê reduzida a sua liberdade de ação. Ao mesmo tempo, poderíamos acrescentar, e como já dissemos em pronunciamento anterior na segunda-feira: "Vivemos a moratória mas não usufruímos os seus benefícios". O dever do governo brasileiro é defender o interesse do País, diz ainda, o presidente do PMDB; em nome deles, deve ser decretado, portanto, a moratória. Devemos suspender o serviço da dívida, e amortização do principal, pelo prazo de três anos.

Definiremos, então, de modo soberano, as condições básicas em que serão reiniciadas as negociações com os bancos credores.

Não repudiamos a dívida. Devemos, não negamos, diz o deputado Ulisses, mas pagaremos quando pudermos e quanto pudermos.

Preservando as condições de vida do nosso povo, e o interesse nacional. Urge recuperar a liberdade de ação, diz em outro trecho do seu discurso, em face das pressões externas. Reconstruir os instrumentos da política econômica, e redefinir prioridades, para satisfazer as necessidades mais prementes da população.

Trata-se de retomar o crescimento e ao mesmo tempo, redimensioná-lo. O povo atravessará atual deserto, e com a democracia, chegará a posteridade com o bem-estar para todos os brasileiros.

Estas e outras declarações fazem parte deste importantíssimo pronunciamento do deputado Ulisses Guimarães, que nós queremos ressaltar ao somar as suas palavras e dizer que se o presidente do PDS, considerou antes de ser o chamamento da União, como se fosse um grito de guerra, pode ser um grito de guerra, mas é o grito de guerra dos brasileiros contra aqueles que querem nos entregar ao poder dos estrangeiros.

É um grito de guerra, é um grito de independência, é o ressurgir do "Grito do Ipiranga", que faz pauta, para que possamos recuperar a dignidade perdida da nossa Nação, entregue, negociada, vendida e manipulada pelos ministros da área econômica, e pelo Presidente da República que o sustenta.

Senhor presidente, senhores deputados. Queremos, desta tribuna, parabenizarmos com o nosso presidente, Ulisses Guimarães. E que o apelo que ele faz à Nação, seja também extensivo

a toda classe política, que pela unidade em torno da soberania nacional, seja um apelo compreendido também, por nossos adversários políticos, para que possamos resgatar, à Pátria, a sua liberdade, a sua independência, para que possamos resgatar a dívida que o Governo deixou para nós brasileiros, que é a dívida política, que é a dívida social, que é a dívida muito maior do que a dívida econômica que nós devemos aos estrangeiros; antes de pagarmos nossas dívidas aos estrangeiros, paguemos a nossa dívida ao nosso povo!

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência registra, com satisfação, a presença neste Plenário, do senhor Claudomiro Cirroti, Prefeito Municipal de Atalaia.

Concedo a palavra ao orador inscrito para o Pequeno Expediente, senhor deputado Ervin Bonkoski.

O SR. ERVIN BONKOSKI — Senhor presidente, senhores deputados. (Lê):

“Os problemas e as dificuldades atuais que pressionam e afligem a nossa população refletem-se diretamente na área da segurança, aumentando as tensões, a marginalidade, os roubos e todo o tipo de atentado à pessoa, à vida e ao patrimônio.

Portanto, maior se torna o trabalho e a responsabilidade das autoridades — ou mais diretamente da polícia. E para que esta possa prestar bem o serviço que dela a sociedade exige, precisa ter condições. Ao reclamar a falta de segurança, ao criticar o trabalho da polícia, devemos antes fazer uma inter-rogação: ESTAREMOS DANDO AS CONDIÇÕES MÍNIMAS PARA OS ORGANISMOS E PESSOAS ENCARREGADAS DA SEGURANÇA?

Em Piraquara a resposta é NÃO.

E embora estejamos aqui a analisar um caso isolado, porque deste temos um levantamento feito pelo delegado Ary Cavalcanti, cremos que Piraquara — em que pese suas peculiaridades — é quase uma regra geral.

Vamos, pois, ao município em questão:

Piraquara tem hoje mais de cem mil habitantes, população esta ditribuída entre a sede, o distrito principal — Pinhais, e mais sessenta vilas, jardins e loteamentos; abriga em seu território complexos penitenciários e reeducativos, como a Penitenciária Central, a Colônia Penal Agrícola, o Manicômio Judiciário e a Escola Queiroz Filho; somem-se também o Hospital Psiquiátrico San Julian, Sanatório Pinhais, Hospital e Colônia São Roque e o Hospital Adauto Botelho; mais, ainda: 18 clubes de diversões, motéis e boates. Tudo isso implica em atendimento policial referente à segurança propriamente dita e às inerentes atividades policiais no tocante à administração, serviços burocráticos, fiscalização etc.

.Pois bem, senhores deputados:

Se fôssemos detalhar aqui todas as atividades afetas à Delegacia de Polícia de Piraquara, certamente tomaríamos todo o tempo desta sessão inteira. Da mesma forma, se fôssemos alinhar aqui as dificuldades físicas, administrativas e de recursos humanos dessa delegacia, também necessitaríamos de muito tempo.

Portanto, daremos apenas uma breve visão, que certamente será suficiente para mostrar aos senhores, as carências gritantes do equipamento policial incumbido de prover a segurança numa área “efervescente”, em face dos estabelecimentos que abriga e já anteriormente citados:

— na sede do município há apenas uma delegacia, improvisada e carecendo de condições para o desenvolvimento do trabalho policial; essa delegacia não conta com xadrezes;

— os cartórios, em número de dois estão instalados em salas precárias, sem isolamento e servindo de passagem para outras dependências; os funcionários são obrigados a trabalhar lado a lado com a instalação sanitária também de más condições.

E como se sabe, além do grande número de pessoas que afluem ao cartório, o trabalho — especialmente tomada de depoimentos — é, ou deveria ser, sigiloso;

— a iluminação na delegacia é deficiente, a falta de higiene é afrontosa, em vista das condições do prédio e suas dependências; as janelas em sua maioria estão com vidros quebrados e até goteiras existem;

— a polícia tem só dois veículos, uma Brasília 82 na sede e um Volks 80 em Pinhais. O combustível, fornecido pela Prefeitura, é escasso: 30 litros de álcool para a Brasília e 20 litros de gasolina para o Volks, para cada período de 24 horas;

— armamento, só uma “winchester” 38;

— além do delegado, trabalham dois escrivães, um funcionário do FUNRESPOL, dois motoristas e quatro policiais militares;

— a subdelegacia de Pinhais, que em instalações pode ser considerada adequada, porque é nova, carece de pessoal, possuindo apenas o subdelegado e mais dois policiais, sendo uma agente feminina;

— o módulo da Polícia Militar de Pinhais conta com um sargento e nove policiais que, todavia, se revezam em turnos de 24 por 48 horas, portanto, na prática não são nove em permanente serviço. Além disso, a área de atuação do módulo é o “Carrefour” e periferia.

Como vemos, senhores deputados, está havendo descuido no atendimento a setor tão importante.

Em nome da população de Piraquara, e dos abnegados policiais que se desdobram para cumprir sua missão com sacrifício e risco de toda ordem, apelo ao senhor Secretário da Segurança Pública e ao senhor diretor da Polícia Civil para que levem em conta as reivindicações para dotar a Delegacia de Piraquara de melhores condições.

E aproveito, para encerrar, as palavras do delegado Ary Cavalcanti: “a função policial é das mais espinhosas; é o policial o cumpridor das execuções punitivas e repressivas, ocasionando que seja ele olhado com uma ótica bastante crítica: qualquer deficiência no mecanismo de atendimento, alheia a vontade do agente executor, é alvo de considerações desairosas”.

Muito obrigado”.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, senhor deputado Odeni Mongrue.

O SR. ODENI MONGRUEL — Senhor presidente, senhores deputados.

Registro desta tribuna, no dia de hoje, a passagem da data dedicada ao Exército Nacional, através de comemorações e cultos cívicos à importância desse corpo singular, no conjunto das Forças Armadas do País.

O transcurso do Dia do Soldado, marca de forma expressiva através do culto à figura histórica de Luiz Alves de Lima, o Duque de Caxias — Patrono do Exército —, o reconhecimento do povo brasileiro à instituição militar que tanto influiu no processo de independência política deste País. Parte da expressão militar do Poder Nacional, vem cumprindo sua missão constitucional na participação do desenvolvimento econômico, eficazmente, na conquista e manutenção de objetivos nacionais.

Organizado inicialmente, em momento difícil da vida de um país que almejava ser politicamente livre, através do recrutamento de brasileiros natos e de brasileiros por adoção à nova pátria. Em outros episódios posteriores, memoráveis todos eles, que muito significaram na consolidação da própria soberania nacional construiu o seu conceito de utilidade e serventia.

O exército evolui tanto nos aspectos técnicos e profissionais exigidos pela sua função básica, como equilibra-se como instituição sensível às aspirações sociais e políticas do povo, em

virtude da influência dos valores tradicionais e históricos que nutre e que lhe confere valor humanístico e moral.

Constitucionalmente guarda forte vínculo com esse documento básico — de ordenamento político e jurídico — que justifica à Nação que se propõe democrática, livre e justa sob o império da lei.

Instituição que alimenta respeito pelas funções definidas e a ela atribuídas pela Constituição, subordina-se, funcionalmente, à figura do Presidente da República, e não em caráter pessoal, como ocorre nos países totalitaristas.

Vale destacar, porém, que a subordinação ao texto constitucional e o respeito à disciplina e à hierarquia não faz do Exército, a instituição insensível aos mais legítimos e autênticos apelos da sociedade brasileira quando o curso da história contraria o sentimento humano e cristão de sua gente.

O transcurso do Dia do Soldado é motivo para manifestações de reconhecimento ao trabalho dessa instituição que, além das incumbências constitucionais de tornar efetiva a política de segurança nacional e a preservação do poder nacional, assegura aos brasileiros outras aspirações, preservando, com isso, os valores morais e espirituais da nacionalidade e de paz social. O Exército é uma instituição que se moderniza, sempre buscando maior grau de identidade com os anseios do homem comum brasileiro, vem empreendendo avanços consideráveis no aperfeiçoamento dos currículos da Academia Militar, com objetivos de proporcionar aos alunos uma visão mais abrangente das questões brasileiras no contexto nacional e no desdobramento mundial.

Essas práticas estão a possibilitar a formação de recursos humanos preparados para a grande tarefa de promover o desenvolvimento do País, para que possamos caminhar juntos nas estradas do progresso em clima de ordem e de paz.

Trata-se, portanto, de uma vigorosa preocupação formativa que está a possibilitar aos jovens, a par da formação militar, serem educados e instruídos na conquista de melhores padrões de vida e de convívio. Para tanto, é preciso reconhecer que desafios foram enfrentados, sendo necessário somar energia e persistência aos que se empenham em favor do progresso da Nação com sentimento patriótico.

Finalmente, cumpre destacar que seus quadros de oficiais, refletem democraticamente os vários segmentos da sociedade brasileira que a cada dia se vê mais representada na hierarquia dos postos, ampliando-se dessa forma as fraternais relações entre o civil e o soldado, numa unidade que estabelecerá por definitivo a democracia política, econômica e social, neste País.

O nosso registro e o nosso reconhecimento. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Encerrado o Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao senhor deputado Francisco Escorsin, inscrito.

O SR. FRANCISCO ESCORSIN — Senhor presidente, senhores deputados e senhoras deputadas. (Lê):

"Cada povo tem o governo que merece.

O Brasil nestes dias que atravessamos é agitado por greves sindicais, estudantis e pelo gravíssimo problema econômico da exorbitante dívida externa. Tal quadro é fruto do caudilismo presidencial, onde não faltam os clássicos pronunciamentos militares que caracterizam a subdesenvolvida história política da América Latina, feitos em nome da democracia e da ordem constitucional. Desencadeou-se toda uma crise sócio-político-econômica a mais útil para exigir de todos os políticos conscientes, uma reflexão sobre o atual regime de governo brasileiro.

Parece ser destino do Brasil assistir boquiaberto as mudanças mais decisivas da sua história política. Todavia, entre a que-

da do império, proclamação da república, os trágicos dias das agostadas, os dias da renúncia de Jânio Quadros, até os dias de hoje com quase todo povo brasileiro ávido pelos noticiários sobre a crise econômica, parece assinalar certo progresso quanto, a maturidade de consciência e responsabilidade do povo.

Um regime político não deve ser julgado apenas pelo bem que realiza, porém, também pelos males que está em condições de evitar.

Senhor presidente, senhores deputados:

Perguntamos o que foi o presidencialismo no Brasil?

Com isso não queremos atacar a honrabilidade do atual presidente e daqueles que com o intuito de servir a Pátria, dirigiram ou dirigem os destinos deste País no regime revolucionário. Erros, se cometeram, voluntários ou involuntários foram devidos em grande parte ao regime que não mais serve às estruturas do País. Após ligeira reflexão qualquer cidadão brasileiro consciente e crítico poderá responder: desgovernos, arbitrariedades, angústias que marcaram passo de ano a ano. Cada novo presidente representa uma série de desafios, um nervoso desfilar de perplexidades.

Analisemos o presidencialismo que neste momento Minas, São Paulo e Rio Grande do Sul lutam por conquistar ou reconquistar na Presidência da República, com os amplos poderes de mando e desmando. No presidencialismo cada decisão do presidente todo poderoso, gestos insensatos e inesperados deixam o País como nau sem timoneiro exposto a tormenta.

O que foi o regime presidencial após 1946 até os nossos dias? Se não um rosário de apreensões e ameaças? Cada início de governo não significa sempre um enigma ameaçador, sem respeito à obra já realizada, num eterno e melancólico recuo à estaca zero? E ainda mais o que dizer das crises nacionais ligadas à fisionomia política pessoal de cada presidente, desde o do tipo introvertido, com a nação marcando passo na hora em que se exigia audácia, ou precipitando-se em ritmos diversos, segundo o ser pessoal de cada presidente?

Senhor presidente, senhores deputados e senhoras deputadas:

Já se perguntaram se não será uma carga pesada demais, que queremos soltar aos ombros de um só homem? Não será responsabilidade demais governar sozinho cento e trinta milhões de habitantes?

No Brasil o presidencialismo foi um decalque desbotado da Constituição Americana com pretensões ditatoriais.

Presidentes que vêm a ser pelos poderes, monarcas a curto prazo.

O governo de Deodoro foi um governo semi-ditatorial.

O de Floriano Peixoto começou com a decretação de estado de sítio, prisão e deportação de parlamentares, valendo-lhe mais por isso o título de "Marechal de Ferro".

Após Prudente de Moraes, deu entrada o surto militarista e autoritário que movimentou os anos vinte.

Governo provisório 1930 foi uma espécie de ditadura consentida, saiu a custo a Constituinte de 1933 de onde já brotou a Constituição de 1934 bastante contraditória.

Em 1937 outorgava-se nova constituição após o golpe de estado por Getúlio Vargas apoiado pelas Forças Armadas.

Jânio Quadros eleito por coligação partidária conservadora, porém, disposto a ser o reformador da sociedade brasileira, na impossibilidade de subordinar o Congresso aos seus objetivos, renunciou.

Os ministros militares vetaram a posse de João Goulart, porém, após negociações assumiu sem poderes presidenciais, baseado no projeto do deputado Raul Pilla (um convicto defensor do parlamentarismo). O regime teve curta duração, sendo derrubado pela Emenda Constitucional n.º 6, de 23 de janeiro de 1963.

Reimplantou-se o presidencialismo com descrédito pelos

políticos civis.

Senhor presidente, senhores deputados:

A Nação brasileira está arrazada e descrente do presidencialismo. Por este já ter se revelado uma peça inadequada às novas estruturas do País como pode ser demonstrado na recapitulação de episódios da história do presidencialismo no Brasil.

Após o quinquênio de Dutra, assinalado por tropelias policiais no Rio de Janeiro, dissolução de comícios e agitações, quando o Brasil começou a dilapidar, sem discernimento o pouco acumulado durante a guerra, o povo brasileiro não teve mais sossego, até o presente exorbitante dívida externa, causadora da angústia e desespero dos milhões de brasileiros conscientes da falência do regime presidencialista.

Vimos o trágico suicídio de Vargas.

As agitações que cercaram os governos de Café Filho, Carlos Luz e Nereu Ramos.

A lenta consolidação de Juscelino Kubistchek, conseguindo desenvolvimento à custa da inflação.

Rui Barbosa analisando o regime frisou que:

"O presidencialismo no Brasil não é senão a ditadura em estado crônico, ou seja, a irresponsabilidade consolidada". (Com um só poder e uma só voz verdadeira, a do chefe da nação, exclusivo depositário do poder, para o bem ou para o mal).

Os períodos do presidencialismo mais próximos a nós foram marcados por violentas comoções políticas, levantes militares, revoluções, conspirações, intencionais, intervenções federais, estados de sítio, infrações da constituição que conferem ao regime presidencialista sulamericano um péssimo perfil.

E todo um rosário de recordações que todos os defensores do presidencialismo em nome de uma mascarada democracia, deveriam bater no peito e rezarem o "mea culpa".

Senhor presidente, senhores Deputados:

É próprio do sábio reconhecer que quando a experiência demonstra a inviabilidade dos processos políticos vigentes, a prudência manda que se apele para outros recursos, numa tentativa criadora de melhor adequação às infra-estruturas que condicionam a vida jurídica do País.

Nesta época trágica de crise econômica financeira quando a fome e o desespero rondam os lares brasileiros, é a hora mais propícia para desencadear um movimento pró-parlamentarismo.

Senhor presidente, senhores deputados:

Convencidos do fracasso do presidencialismo, à luz reveladora de um passado bem vivo e recente, julgamos ser nosso dever deixar o ostracismo político e levantar a bandeira conclamando o povo, através dos segmentos representativos da sociedade, para uma reflexão sobre o parlamentarismo.

O estado não pode ser confundido com um só homem, como também não pode um só homem decidir os destinos de cento e trinta milhões de brasileiros, sem ter as suas decisões orientadas segundo as forças representativas do povo.

O parlamentarismo não representa uma solução de problemas substanciais, ele é antes de tudo, um processo político para encontrar e facilitar soluções para as crises que assolam nosso País.

O regime parlamentar, permite um mais ponderado e aberto exame das vias a percorrer na busca de soluções, evitando-se as surpresas e os descaminhos a que se expõem os povos.

Senhor presidente, senhores deputados:

O parlamentarismo é uma forma de regime representativo em que o Executivo responsável ante o Legislativo, depende dele, funcionando como comissão do parlamento para executar a Legislação e Administrar o País; tendo o governo perdido a confiança do parlamento, o que este manifesta, por aprovação de um voto de desconfiança, o governo tem de demitir-se, sendo substituído por outro determinado pela maioria.

Nesse regime, o Chefe do Estado detém em regra, apenas funções representativas, cabendo-lhe nas mudanças de chefe de

governo encaminhar as consultas para formação de novo governo.

O regime parlamentar surgiu na Inglaterra pela revolução de 1688 que tornou a coroa dependente do Parlamento. Esse foi um Parlamento imperfeito. Somente em 1932 com a reforma eleitoral, surgiu o Parlamento independente com soberania da Nação.

O regime também foi implantado em 1830 na França e na Bélgica. Em 1860 na Itália e a partir de 1900 nos países escandinavos. De nenhuma constituição do século XIX consta, porém, a norma parlamentarista de formação do governo pela maioria parlamentar, trata-se, em todos os casos de direito político consuetudinário. No século XX o parlamentarismo onde foi conservado, revela tendência pela delegação de poderes legislativos ao executivo, de transformar-se em governo de gabinete.

O primeiro passo para o parlamentarismo no Brasil veio quando D. Pedro II em 1843, encarregou Honório Hermeto Carneiro Leão (futuro Marquês do Paraná) de escolher e organizar seu gabinete. Surgiu daí em 1847 a criação da presidência do conselho de ministros que foi o primeiro passo para o parlamentarismo.

Coube ao ministério conservador de 1848, dar começo às normas parlamentares do império. O sistema parlamentarista funcionou praticamente bem no Brasil, durante quase quarenta anos garantindo a paz interna. Só foi abolido com a Proclamação da República. Também em 1961 quando da renúncia de Jânio Quadros, com a posse de João Goulart, o parlamentarismo foi restabelecido, porém, logo depois dissolvido por plebiscito em 1963, isso devido à falta de consciência e maturidade política do povo na época.

Benefícios que podem advir:

O parlamentarismo pode impedir que os presidentes se transformem em ditadores ou monarcas a curto prazo.

Impedirá sobretudo o carreirismo e a aventura.

Impedirá também, as soluções que podem parecer fortuitas ou salvadoras, mas, que no fundo poderão ser perniciosas aos destinos nacionais.

O parlamentarismo dará ensejo à soluções maduras. É de esperar-se que, com o regime parlamentar, a federação possa tornar-se uma realidade viva e orgânica, e que através dos partidos verdadeiramente nacionais, se constituam governos que reúnem e harmonizam efetivamente os valores culturais e econômicos de cada região brasileira, sem perda do sentido unitário da Pátria comum. O parlamentarismo não será uma panacéia de remédios para nossos males, porém será um instrumento de ação dependente da honestidade de propósitos dos que o empregaram.

Senhor presidente, senhores deputados:

Nenhum teorista criou a forma parlamentar de governo. Se há um sistema de organização do poder político que resultou diretamente da história e do contínuo desdobramento das instituições esse sistema é o parlamentarismo.

Portanto, não foi a vontade de um teorista, não foi uma reflexão doutrinária, não foi um diagrama de sábios que criou o parlamentarismo senão que este se gerou conforme ressaltamos por motivações históricas.

Após findar a segunda guerra mundial, vários dos países que estavam sob regime fascista e antiparlamentar, voltaram ao parlamentarismo ou o adotaram.

Assim foi, na Áustria em 1945, na França com a constituição de 1946, no Japão e na Itália em 1947, na Alemanha em 1949. Ao todo dezessete novas constituições parlamentaristas. E a realidade econômica desses países nos dá a certeza de que a adoção do parlamentarismo foi praticamente uma condição de independência para os países libertados ou derrotados.

Além, dos países citados, ressaltamos a adesão da Índia ao regime parlamentar em 1950 e do jovem Estado de Israel

em 1948 que demonstra com sua pujança o êxito do regime parlamentar.

Senhor presidente, senhores deputados:

Este é um apelo, um chamamento de atenção para que levantemos a bandeira do parlamentarismo sob pena de naufragarmos no mar furioso do desastre econômico. Porque no parlamentarismo, renasce a negociação política como forma de obtenção de consenso, através da participação dos partidos.

Para o regime parlamentar, chegou a nosso ver a hora, o momento oportuno e necessário, visto que o presidencialismo não está mais em condições de vencer as contradições internas e externas da política brasileira.

O parlamentarismo é oportuno e necessário, por contar neste momento histórico, com a maturidade do povo brasileiro.

No Brasil o regime parlamentar adotado no período João Goulart foi dualista, denominação que vem do fato do gabinete necessitar da confiança simultânea do Chefe de Estado e do Parlamento. O presidente escolhia o primeiro ministro; a quem cabia designar os demais ministros, em acordo com aquele.

Considerando que se o presidente escolhia o primeiro ministro e este os demais, sua restrição de poder, quanto a só possuir a representatividade do país ficava atenuado nas escolhas do gabinete e através do veto sobre projetos de lei que lhe era concedido.

Com a preocupação de evitar-se o parlamentarismo clássico, pela simples razão das freqüentes quedas de gabinete e dissolução das câmaras.

No caso de haver um plebiscito para a implantação do regime recomendamos primeiro a conscientização do povo, no conhecimento do que seja o parlamentarismo e suas vantagens, e que uma vez implantado evite-se o empenho de qualquer facção partidária do presidente para recuperação de amplos poderes presidenciais.

Provavelmente, a solução brasileira para adoção ao regime parlamentarista irá estudar algumas funções substantivas que poderão permanecer com o presidente, e ainda pensamos, talvez poderá ser respeitada a vontade do povo em votar para presidente, governadores, deputados e prefeitos.

Porém inferimos que o parlamentarismo necessita de alguns fundamentos na cultura política da Nação só a título de exemplo citamos que se aceite a negociação política, como a prática definidora da obtenção do consenso para que se efetive a eficiência e eficácia da ação dos partidos.

Senhor presidente, senhores deputados:

Iniciamos este pronunciamento dizendo que cada povo tem o governo que merece, e para dizer isso baseamo-nos no entendimento de que: a democracia não é um regime que aparece por geração espontânea, nem que se conserva sem esforço, ela está exposta aos perigos da demagogia, da partitocracia e da anarquia, porém o prestígio da democracia que todos os governos pretendem escoimar-se sob o seu manto, por ser a democracia o regime dos povos adultos, das nações conscientes dos seus direitos, dos cidadãos que não renunciam a sua dignidade, contudo, deve ser conquistada dia a dia.

Um povo que não luta pela democracia, que permanece impassível diante das usurpações e tirania, não é digno do regime democrático.

Portanto, encerramos reafirmando:

"Cada povo tem o governo que merece".

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Francisco Escorsin, Vossa Excelência

está pondo um fato que a Nação brasileira necessita. Queria apenas me manifestar sobre o ponto de vista dizendo que tivemos três grandes Presidentes. O primeiro foi Getúlio Vargas, o segundo Dutra e o terceiro Juscelino Kubitschek. Agora, o problema do sistema brasileiro é como dizia o Avelino Vieira, Presidente do Conglomerado Bamerindus: cada terra com seu uso e cada roca com seu fuso. Então já não deu certo o que Vossa Excelência prega. Talvez neste momento, para liquidar com os "delfins", com os "garanhões", afinal de contas para que a classe política participe, talvez Vossa Excelência tenha razão. Mas pergunto a Vossa Excelência, será que neste presidencialismo vai continuar no futuro esperançoso e companheiro nosso Paulo Maluf, para dar uma guinada de 180º a favor do Brasil?

Digo a Vossa Excelência porque a nossa esperança é no Presidente Maluf. Desculpe Vossa Excelência eu estar aqui entrando na seara alheia, mas talvez este regime que Vossa Excelência prega seja muito bom, mas não enquanto existirem Delfim, Andreazza, etc. Perguntaria a Vossa Excelência se após isto não seríamos marginalizados também, a classe política, como Vossa Excelência luta há vinte anos, como luta a bancada do PMDB, como luta a bancada do PDS? Hoje, com a devida vênia, a bancada do PMDB está como "cego em tiroteio" porque tem um ganhão. E nós o que vamos ter no regime parlamentarista?

Acho que devemos lutar para que as forças políticas, os autênticos políticos, tanto o PDS, como o PMDB, tem o seu devido valor. Chega de Delfim Netto! Devíamos protestar. Chega dos homens que estão levando o Brasil à derrocada! O Brasil, por enquanto, fica sob a égide dos homens que não querem outra coisa a não ser colocar dinheiro no banco na Suíça e nós ficamos aqui como "vaquinhas de presépio". Deputado Escorsin, Vossa Excelência tem razão. Mas primeiro vamos sanar a vergonha que falta para os nossos ministros. Vossa Excelência tem o nosso apoio. O regime que Vossa Excelência prega é um dos melhores regimes da civilização. E Vossa Excelência tem, como Deputado estudioso desta matéria, o nosso apoio, mas primeiro, teríamos que alijar os "Delfins Netos", os "Langonis", os homens que estão levando a nossa Pátria, a nossa gente, ao caos. É isto. Agradeço por ter me tolerado e sabe Vossa Excelência quanto o admiro. Só que queria dizer uma coisa. Tivemos três Presidentes da República. Primeiro Getúlio Vargas, depois Dutra e o grande Juscelino Kubitschek, antevejo que haveremos de ter o Paulo Maluf. Se Deus quiser!

O SR. FRANCISCO ESCORSIN.— Agradeço o aparte do nobre Deputado. Concorro, em parte, com suas teses.

O SR. FIORI LUIZ — Vossa Excelência me permite um aparte? Assentimento.

Estou a acompanhando atentamente as colocações de Vossa Excelência. Mas, eu acho que o problema não é discutir o presidencialismo ou o parlamentarismo no País. Está faltando esta Nação é vergonha. Falta vergonha aos homens que implantaram a ditadura militar em 64.

A solução é sair para eleições livres, diretas.

Os militares já demonstraram ao longo destes 19 anos a incapacidade e a irresponsabilidade. E ontem eu lia no jornal estadual de São Paulo, duas pérolas raras do comandante do 2º Exército de São Paulo. Ele dizia num tópico: "eleição indireta também é um processo democrático"; e outro tópico, "o poder no País sempre esteve nas mãos dos civis".

Ou este general pensa que todo mundo é idiota neste País, ou ele precisa urgentemente ir num psicanalista.

O que precisa é restaurar a dignidade desta Nação; é resgatar a identidade desta Nação que foi roubada pela volúpia do imperialismo estrangeiro, principalmente, norte americano.

Vejo aí o escândalo da dívida externa da Polônia, que o jornal o Estadão de São Paulo publicou e nenhuma atitude foi tomada.

Fosse esse um País sério, democrático, porque nós não temos abertura democrática, podemos ter no Brasil uma abertura a nível de filmes eróticos de revistas eróticas, uma abertura pornográfica que o Brasil está vivendo, não uma abertura política, fosse esse um País sério e democrático onde é que estariam as pessoas responsáveis por este escândalo da dívida externa da Polônia, hoje já estariam encostados num paredão, fuzilados, ou seriam guilhotinados num País sério.

Então a solução é eleição direta, é a Constituinte, é restaurar a vergonha que falta nos homens que dirigem esta Nação.

O SR. FRANCISCO ESCORSIN — Agradeço o aparte do nobre deputado Fiori Luiz. Respeito o seu pensamento e quero dizer a Sua Excelência que o presidente da República já tomou as providências necessárias para apurar os fatos que Vossa Excelência denuncia.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Losso.

O Sr. Ezequias Losso — Vossa Excelência já colocou, brilhantemente, o pensamento que iríamos emitir em aparte.

Observamos que Sua Excelência o Presidente da República, determinou as apurações necessárias, e há um princípio basilar no nosso Direito que ninguém pode ser condenado sem a prova da sua participação.

E, o Sr. Presidente da República, a vista do que foi publicado determinou as investigações necessárias, para, realmente punir quem for o responsável.

Não se pode simplesmente colocar no "Paredón", sem a existência de um processo regular seria uma violência contra a pessoa humana.

O SR. FRANCISCO ESCORSIN — Agradeço também o aparte do nobre Deputado Losso.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — Esta Presidência consulta a Liderança do PDS se fará uso do horário que lhe é destinado.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Com a palavra o Sr. Gilberto Carvalho, por 10 minutos.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Senhor presidente, senhores Deputados.

Iniciando, Sr. Presidente, não querendo entrar na seara alheia eu não poderia deixar, neste momento, de congratular-me com os Deputados do PMDB que fizeram pronunciamento ontem com referência ao ex-Presidente do Banco do Estado, Dr. Léo de Almeida Neves.

Lembro-me muito bem de que este homem público já prestou relevantes serviços ao Paraná, quando diretor da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, naquela época atendeu o Paraná, no setor da agricultura, como Deputado Federal, e agora, ultimamente, convidado pelo Sr. Governador para assumir a Presidência do Banco do Estado do Paraná.

Depois de haver sofrido todas as punições, era justo que ele tivesse, pelo menos a consideração de ser convidado a ir ao Palácio e ter a notificação de que deveria deixar a Presidência do Banco do Estado, e não receber por telefone, ou receber através de um programa de televisão, por um Secretário de Estado de que seria demitido do cargo de Presidente do Banco do Estado.

Srs. Deputados, porque merece o nosso aplauso, a posição adotada, porque vem lutar pela independência da classe política, que vem na área federal sendo que quase comandada pelos tecnocratas e o PMDB, que fez uma campanha, propondo a mudança, de que o povo seria ouvido, não pode iniciar um governo nas mesmas condições e os tecnocratas continuando, comandando, dirigindo, e a classe política ser menosprezada.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi com surpresa que eu vi a notícia na Gazeta do Povo, no dia 18, página cinco a vacinação contra a raiva, não pode sair.

A Secretaria de Saúde Pública, e a Secretaria de Agricultura do Paraná, tem dúvida quanto à realização aqui, de uma nova campanha contra a raiva. É que os casos foram reduzidos a quatro, no ano passado, e o mesmo tanto neste ano, locais onde detectados imediatamente pela autoridade sanitária, determinam vacinação que se chama de focal. Propondo ainda que será fiscalizado nas fronteiras. É um absurdo que se use a pessoa humana como termômetro, contra a incidência, quando se deve aplicar o recurso da medicina preventiva.

Se houve quatro casos, no ano passado, foi porque houve um cuidado dos governos anteriores nesta campanha, para evitar que aumentasse a incidência de raiva no Paraná.

Não é possível esperar que aumente, e que seja constatado, se estas quatro vidas de nada valem, esperar que aumente para depois começar o combate da vacinação contra a raiva.

Espero que a Secretaria da Agricultura, e a Secretaria de Saúde Pública, se una e inicie esta vacinação. Faz referência também, de que depende de recursos do Ministério da Agricultura.

É preciso que estas medidas iniciadas, tomadas em nosso Estado, e lutar para que sejam liberados recursos. Mas, independente de qualquer liberação, é uma campanha que sempre foi feita no Paraná, é preciso que continue, porque nós já estamos cansados de ver. Hoje mesmo ainda recebia telefonema da minha região da preocupação do setor de saúde pública.

Os postos de saúde, sem medicamentos, os médicos, em muitos lugares, substituídos, porque é cargo de confiança.

Mas, nos preocupa também aqueles funcionários das unidades sanitárias, que há dois anos atrás foram encaminhados pelos prefeitos, nos distritos, para Curitiba, para fazerem estágios, alguns com mais de 2 meses de estágio, com despesas para a Prefeitura, com despesas para o governado Estado, esse pessoal, preparado para servir a comunidade, só porque serviram no Governo passado, começam a ser dispensados, em prejuízo, da unidade, sem prejuízo do Estado, em prejuízo do Município. Prejuízo porque novos elementos que sejam procurados, selecionados para atenderem nestes setores, vão depender de novos estágios, é mais despesa que o Estado terá, é mais despesa que o município terá e é preciso que se evite, neste momento que todos dizem é de dificuldade, de calamidade, por que substituir esses humildes funcionários, um agente sanitário, um atendente, uma servente? Por que substituir, se foram preparados para isto?

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) — Vossa Excelência coloca muito bem esse problema, porque, na véspera da vacinação da pólio, só em Bandeirantes foram exonerados, taxativamente, todos os funcionários do Posto de Saúde. Isto foi uma queixa do Prefeito à qual nós nos calamos, mas já que há a oportunidade de Vossa Excelência colocar a questão e defender o ponto nevrálgico da questão, da situação paranaense, veja bem Vossa Excelência, aquelas crianças foram vacinadas por gente sem competência porque não tinham o estágio como diz Vossa Excelência.

Está de parabéns Vossa Excelência com esse pronunciamento porque, dentro da verdade, Vossa Excelência fala o que o povo precisa escutar.

Queria parabenizar-me com Vossa Excelência e dizer a Vossa Excelência que enquanto não tiver uma formação de idéias que deixe de misturar "alhos com bugalhos", política com administração, nós estaremos a ver isto, queixas de todos os quadrantes, de norte a sul, de sul a oeste no Paraná, porque aqui nós vemos uma balbúrdia, porque o camarada, por mais competente que seja, por ter sido do PDS, ele é considerado um criminoso.

Então Vossa Excelência está de parabéns, está colocando muito bem a situação do Paraná.

Muito obrigado.

O Sr. Orlando Pessuti — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) — Nobre deputado Gilberto, gostaríamos de falar alguma coisa a respeito do seu pronunciamento.

Inicialmente, no que diz respeito à vacinação contra a raiva canina. Nós como veterinário que somos, defendemos esse tipo de campanha de vacinação que existe. Haverá de convir no entanto Vossa Excelência, que num ano de crise como o que vivemos, algumas prioridades têm que ser tomadas, e eu fico um tanto assustado quando vem Vossa Excelência relatar os problemas de raiva humana, que na realidade o que tem ocorrido no Paraná, e esses casos, quer me parecer, os que Vossa Excelência citou, dizem respeito à raiva canina, esses casos que ocorreram, em torno de quatro no Estado do Paraná. E para todos os casos foram tomadas providências epidemiológicas mais imediatas e que se faziam necessárias, que seriam as vacinações focais e perifocais.

E quanto à colocação do deputado Gabriel Manoel que diz que o pessoal que executa a vacinação antipólio não tinha um estágio ou coisa parecida, um treinamento, a nós nos parece também que para fazer a vacinação de pólio que é apenas gotejar na boca da criança, acredito que careça apenas de boa-vontade das pessoas, para tanto.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Agradeço, deputado, e

Vossa Excelência, como médico veterinário, há de convir comigo de que a medicina preventiva é muito mais barata. Quando disse quatro casos, me referi, não foi à canina, mas sim, a pessoas atingidas, e é preciso que se tome alguma providência e não é o problema de prioridade porque isso não fica tão caro. Sei que os municípios estão prontos a auxiliar e se preciso, cada município, auxiliando junto com o governo do Estado far-se-á vacinação no Paraná todo.

O Sr. Mário Pereira — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento). — Acho que a região oeste que representa, deve ser diferente das outras regiões do Estado, porque, escutando Vossa Excelência quando diz que têm sido perseguidos sistematicamente, agentes sanitários, serventes, por serem do PDS, eu quero afirmar a Vossa Excelência que, na região Oeste, não vejo isto acontecer. E quero lhe dar um dado importante: numa reunião com todos os gerentes de bancos do oeste, do Banco do Estado do Paraná, da região Oeste, que participei juntamente com o diretor do Banco do Estado, foi dito que o governo Richa queria que cada um tivesse a liberdade de

ter a sua preferência partidária, a sua participação partidária, e que o governo Richa, dizia aquele diretor, garantiria a posição de cada um pois foi exatamente esta, uma de nossas bandeiras de luta.

O que tem ocorrido das poucas demissões que houveram no Estado, foram daquelas pessoas que utilizaram até os humildes postos de saúde do interior para fazer campanha sistemática a favor de candidatos do PDS, utilizando um órgão que deveria ser usado somente no sentido do bem-estar da população, principalmente sendo um órgão da saúde.

Portanto, não vejo isso pelo menos nos municípios que represento, e que tenho contato. Portanto, estranho escutar reiteradas vezes aqui, esta perseguição política que esteja o governo José Richa exercendo nestes poucos meses de governo. No Oeste é uma execução, ou realmente estão muitos dos deputados do governo, mal informados.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Espero que o governo tome providência e faça como está fazendo o oeste. Essa denúncia que fiz há poucos dias, disse da ameaça de um vereador em um município da minha região. E esse que faço referência agora, é o município de Fênix - e a pessoa que foi ameaçada já está com aviso, é Maurício Fivelis, agente sanitário do município de Fênix.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao senhor deputado Edgard Pimentel, por 19 minutos.

O Sr. Edgard Pimentel — Senhor presidente, senhores deputados. (Lê):

A princípio a idéia teria sido a de racionalizar os serviços públicos, contingência a que o governo se viu impelido pelo crescimento demográfico e pelo desenvolvimento tecnológico.

A partir desse ponto começaram a surgir as primeiras autarquias e empresas de economia mista, para as quais o Estado transferia poderes e atribuições nos mais diferentes setores visando, de um lado, descongestionar sua máquina administrativa e, de outro, corresponder a uma crescente demanda por parte da população que inchava os centros urbanos.

Poucos poderiam imaginar que as estatais, que assim começavam a nascer, saudadas freneticamente como a panacéia a todos os males administrativos, atingiriam um poder tentacular formidável, manipulando fabulosos recursos e exercendo prerrogativas paralelas com o próprio Estado de que se originaram. É preciso que o poder freie o poder - lapidar frase de Montesquieu, ao assentar os pilares da tripartição dos poderes, essência fundamental para a sobrevivência democrática.

No Brasil as estatais se proliferaram epidemicamente, formando-se verdadeiro arquipélago de grandes, médias e mini-estatais, à semelhança de minúsculos Estados, mas inteiramente descompromissadas dos deveres constitucionais a este atribuídos.

Em certa data, quando o clamor público começou a se erguer contra esse tipo crescente de organizações, o ministro Antônio Delfim Neto confessava desconhecer o seu número exato. Mas se o super-ditador da política econômica brasileira desconhecia a quantidade de empresas estatais existentes, a Nação sofria e ainda sofre na carce os seus maléficos efeitos.

Escapando ao controle que se impunha sobre seus atos, as estatais resvalaram para o abuso desenfreado, num festival irresponsável de mordomias sustentado com o crédito fácil e perdulário que vinha de fora e se esqueceram da finalidade primordial para o que foram implantadas. Perderam sua razão social básica. Seus privilegiados dirigentes e tecnocratas se constituíram em casta superior, enquanto o servidor público comum sofria o achatamento salarial e a perda rápida de um "status" que outrora lhe conferia merecida posição e dignidade no seio da sociedade.

Hoje, quando a Nação faz o balanço aproximado da hecatombe financeira a que o descalabro de uma política econômica funesta o arrastou, ficamos a saber que as estatais respondem por dois terços do endividamento do País. Com largueza essas subsidiárias do Estado foram se multiplicando e aumentando o seu quadro de pessoal e ampliando os benefícios de seus gerentes.

São essas empresas que exercitam o monopólio do serviço prestado às comunidades que gera, muitas vezes, a prepotência e arbitrariedade.

A tal ponto chegou a insensibilidade de algumas estatais que tratam o contribuinte brasileiro como objeto e não como criaturas humanas que não são amparadas nos seus direitos legítimos e inalienáveis.

É preciso ao menos estancar o apetite voraz das estatais que se transformaram em verdadeiras indústrias de multas ao consumidor de seus serviços, sem piedade, alargando o sofrimento da sociedade como um todo.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, aqui no Paraná, o comportamento das estatais não foi diferente das suas similares no País. Muitas delas foram constituídas com fins inteiramente políticos, pois que os serviços a elas atribuídos muito bem poderia continuar sendo prestados por órgãos diretos do Executivo.

Agora, anuncia-se o expurgo dessas empresas colocadas que estão no index do descrédito público. Com propositada promoção, o Governo defende a extinção de algumas, em nome da racionalização do serviço público.

Devemos apoiar a ação saneadora, se ela for comprovadamente praticada com evidentes benefícios à comunidade. A extinção de órgãos espúrios ou inoperantes é providência salutar que se impõe como medida inadiável do bom senso. Mas aquelas, cujas atividades são de caráter eminentemente social, precisam ter seus vícios extirpados e estimulados a cumprir seus verdadeiros objetivos.

Hoje, quando um partido oposicionista assumiu o Governo, é dado o momento oportuno a que se ponha na prática aquelas retumbantes teorias que a eloquência dos palanques transformou em votos nas urnas de 15 de novembro. A justiça social, tão veementemente proclamada, poderia agora ser aplicada na distribuição e cobrança dos serviços de água, por exemplo. É justo que a população periférica, de menores recursos, pague a mesma taxa que um proprietário de uma mansão de luxo? É justo que as camadas marginalizadas do desenvolvimento, residindo em casebres, sejam obrigadas a pagar por um serviço que o Estado deve prestar até por imposição constitucional?

Assim sendo, Senhor Presidente, quando observamos a manifestação das autoridades do atual Governo, anunciando profundas alterações no setor das estatais, consideramos oportuno propor a supressão das cobranças de fornecimento de água nas áreas consideradas pobres de todas as cidades paranaenses, como providência elementar de um princípio de justiça social.

O Sr. Gabriel Manoel— V. Ex.^a me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Edgar Pimentel, como sempre, vossa excelência ponderantemente está expondo um fato muito sério.

Veja bem vossa excelência que antigamente telefone era um veículo com rapidez, mas hoje, para se dar um telefonema é preferível ir, levando-se em conta o problema da despesa, é preferível ir à localidade porque fica mais barato.

Então, eles aumentam, aumentam, aumentam e para quê? Para que o povo possa ser espoliado. E nós, uma fração embora modesta do povo paranaense, estamos com vossa excelência em gênero, número e grau, por quê?

Porque é preciso dar um basta. Porque quando o Sr.

Delfim Netto ensaiou que devia tocar nos intocáveis das estatais não sei se foi uma jogada obscura do "gordinho", ou se ele de fato instalou. O fato é que ficou tudo sem solução. E nós estamos aqui a perder eleições, o povo contra nós por causa desta barbaridade que está acontecendo no País.

Tem V. Ex.^a o nosso apoio, e seria de bom alvitre que a nossa bancada, e até solicitarmos o beneplácito da Bancada do PMDB que mandássemos o teor desse seu pronunciamento para Sua Excelência, o Todo-Poderoso Delfim Netto, para que ele veja que nós não estamos aqui amarrados que nós sabemos o que queremos, que o Paraná e o Brasil sabem o que querem. Que nós estamos claudicando num partido onde trabalhamos, onde lutamos, onde damos o nosso suor. E vemos a vergonha e o vexame de ser preciso fixar um decreto, onde um Gerente Estatal não pode ganhar mais do que o Presidente da República. Isto é um vexame para nós, dentro do que nós pensamos, dentro disto que o Brasil quer, que o Brasil está hoje numa condição economicamente insolúvel, essas mordomias, isso tem que haver um basta e não há de nascer da nossa bancada como está nascendo agora. Meus parabéns a Vossa Excelência. Eu fico entusiasmado quando vejo homens como os Deputados do Paraná a lutar pelo bem estar de sua terra e de sua gente.

Leve meus parabéns, Deputado, só que a voz de Vossa Excelência não seja um eco no deserto. Que solicitemos às duas lideranças do PMDB e da nossa bancada para que o dr. Delfim Netto saiba que nós não somos uma plêiade de burros aqui dentro, que sabemos que ele está nos garroteando, sabemos que ele está nos impelindo para o abismo, sabemos que tem presidente de estatal que ganha muito mais que sua Excelência, o ilustre Presidente da República João Figueiredo.

Muito bem Deputado, só queríamos que essa sua voz fosse ouvida pelo menos lá em cima, nos escalões onde os homens que estão levando este País à miséria servissem de alerta para que aqui não se transformasse numa "segunda Cuba", para que o País, para que o Brasil tivesse a sua soberania. Muito obrigado, Deputado.

O Sr. EDGAR PIMENTEL— Agradeço o aparte de Vossa Excelência, Deputado Gabirel Manoel.

Concedo aparte ao Deputado Roberto Requião. **O Sr. Roberto Requião**— Deputado, no sentido do seu

pronunciamento apresentando um projeto, hoje, a esta Assembléia, que restringe a remuneração dos diretores e funcionários das nossas estatais ao 13.^o salário e proíbe a distribuição de dividendos a qualquer título entre seus diretores e funcionários. Estas empresas que fixam o preço das tarifas dos serviços que prestam, criam mecanismos que, em cima do sobrepreço pago pelo usuário é que surge o aumento do salário dos seus funcionários e diretores. E uma medida extremamente saudável, que eu complemento neste Projeto como uma medida reiterando a obrigatoriedade de que o dinheiro público não seja utilizado como capital de risco, utilizado da forma desviada com que recentemente tivemos notícia de ter ocorrido em aplicações no grupo Coroa Brastel, mas que o dinheiro público - a Rês Pública, seja aplicado em bancos públicos. E eu acredito que esse meu projeto, para o qual eu peço o apoio do Deputado, vem de certa forma dar consequência ao seu brilhante pronunciamento de hoje. Muito obrigado, Deputado. **O SR. EDGAR PIMENTEL**—

Agradeço as colocações do eminente Deputado Roberto Requião, que não só põe em relevo as palavras que nós estamos destacando, desta tribuna, como soma objetivamente no conteúdo a que queremos chegar.

O Sr. Odeni Mongruel— Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Gostaria inicialmente de me parabenizar com Vossa Excelência que é conceituado, nesta Casa, por ambas as bancadas, como sendo integrante deste Poder que ao ocupar a tribuna, sempre traz assuntos palpitante e que estão a merecer a atenção dos homens públicos, em geral e em particular dos senhores deputados.

Este assunto que Vossa Excelência traz na tarde de hoje, é da maior importância. Porém é de grande complexidade. É indiscutível que as empresas estatais nasceram, fundamentalmente, em razão das dificuldades que encontrava o Poder Executivo na execução de suas metas, dos seus programas de trabalho procurando, com isto, alcançar uma flexibilidade administrativa e operacional que possibilitasse, a este Executivo, não ficar sujeito aos rigores do controle enérgico e às vezes passional, e às vezes interesseiro, do Poder Legislativo. Mas também é bom salientar que elas nasceram em razão da carência, da falta de capital nacional privado, em quantidade suficiente para organização de serviços públicos nas áreas prioritárias de assistência e à comunidade, aos setores diferentes de atividades humanas no Estado e no País.

Porém, aquilo que era a exceção fez-se hoje a regra. Notamos nos últimos tempos, em razão fundamentalmente da hipertrofia do Poder Executivo, que estas medidas atingiram a tal porte, que se configura hoje na expressão do grande jurista Miguel Realde, a estatais como sendo o duplo estado. Estamos verificando que aquela concepção histórica, original, de Estado único, se desfez. Não existe mais um Estado apenas. Existem vários Estados. O Estado formal, o Estado constituído, o Estado aceito como indispensável a organizar a sociedade; mas existe o Estado proliferado, através de órgãos da administração indireta, de empresas estatais, que de certa forma em se valendo destas facilidades, na administração indireta, burlam o controle e a fiscalização do Poder Legislativo.

Também é indispensável que no momento em que uma crise econômico-financeira nos aflige, em que os altos custos atingem a proporções extremadas, é importante que tenhamos o equilíbrio para verificar, tanto quanto possível, da maneira mais fria, mais racional e mais crítica, a respeito do desempenho destas estatais. E Vossa Excelência, com toda a tranqüilidade, segurança e senso de responsabilidade que norteia a sua atitude parlamentar, está fazendo justamente colocações neste sentido. E eu gostaria de me incorporar à sua fala para dizer que é indispensável que cada um, individualmente, e que todos nós, em conjunto, iniciemos nesta Casa um tipo de trabalho que nos possibilite marcarmos episódios que historicamente a nossa contribuição cultural, em favor da organização deste tipo de procedimento que começa a fugir ao controle do Estado único.

Quero, mais uma vez, destacar o seu pronunciamento e apontando finalmente um aspecto que encaro do maior significado e que se prende a suplementação dessas empresas estatais.

Concordo absolutamente com o deputado Roberto Requião, quando aponta através de iniciativa sua, algum mecanismo para atenuarmos este gigantismo da dívida das estatais, que faz com que, a nossa situação, mormente no que se refere a dívida interna ganhe proporções gigantescas neste País.

É importante que façamos alguma coisa, nós do Poder Legislativo, a fim de que a suplementação de recursos dessas estatais seja convenientemente estudada evitando que os desacertos, evitando que esse dinheiro, na expressão do deputado utilizado como capital de risco traga danos irreparáveis à sociedade deste País, em especial à sociedade paranaense.

O SR. EDGAR PIMENTEL — Muito obrigado, deputado Odeni Mongruel.

Concedo o aparte ao senhor deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Presidência informa que o seu tempo está esgotado, no entanto lhe concede mais um minuto, para concluir.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Face à exigüidade do tempo, limito-me a cumprimentá-lo, nobre deputado, pela profundidade e conhecimento de causa com que Vossa Excelência aborda o assunto tão importante para administração pública estadual e nacional.

O SR. EDGAR PIMENTEL — Muito obrigado, senhor presidente, senhores deputados. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe é destinado.

O SR. SABINO CAMPOS — A deputada Irandi Pugliesi, se estiver ausente, o deputado Tadeu França.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra à senhora deputada Irandi Pugliesi.

Ausente, concedo a palavra ao senhor deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA — Senhor presidente, senhores deputados.

De Norte a Sul, de Leste a Oeste, a pergunta que cada brasileiro faz é sempre a mesma. Para onde vamos? Como sair da crise? Afinal de contas, quem pagará a nossa dívida? Como é que fica a soberania do Brasil? Em cada parte o mesmo fantasma crescente do desemprego; numa terra em que conseguir trabalho, passou a ser uma grande conquista. Em nossa terra, a média ponderada do nível de disponibilidade total de trabalho, nos dez municípios metropolitanos do País, hoje, é inferior a de 1977, em 0,3%.

Se levarmos em conta, senhores deputados, que a população urbana, economicamente ativa, cresceu de lá para cá, em trinta e cinco por cento. Passando de 25 milhões de pessoas, para 34 milhões, verificamos que a pergunta que se faz em todos os quadrantes do País — para onde vamos? É uma pergunta que tem absoluta procedência e razão de ser.

Não obstante o quadro de recessão, e de estagnação da economia brasileira, devido a própria política econômica levada a cabo, pelos ministros da área econômica; por um Delfim, por um Galvêas, por um Langoni, em todo o País saem identificados como sendo os três cavaleiros do apocalipse. Hoje, totalmente dissociados dos 127 milhões de brasileiros.

A situação nacional é grave, por absoluta falta de encomendas, os fabricantes de bens de capital, poderão demitir até o final deste ano, cinquenta mil dos trezentos mil funcionários, atualmente empregados no setor.

O desemprego aí está; criando exércitos de favelados; aumentando de uma forma imprevisível a reserva das periferias, fazendo com que num amanhã próximo a própria instabilidade brasileira venha a ter como origem, o foco de desemprego, hoje fabricado pelos potentados que dominam a estrutura econômico-financeira do Brasil.

A previsão desse desemprego em massa, cinquenta mil dos trezentos mil funcionários, ainda há pouco apontados. Não é nossa, não é fortuita, mas é do primeiro vice-presidente da Associação Brasileira, para o desenvolvimento da Indústria de Base.

O desemprego de três milhões e duzentos mil trabalhadores brasileiros, do "bóia-fria" ao corretor de mercadorias, do pintor de paredes ao operador da Bolsa, do faxineiro ao executivo de empresa; está custando ao Brasil nada mais, nada menos do que doze trilhões por ano, aos preços de hoje; ou cerca de vinte e sete bilhões de dólares, um quarto portanto, da dívida externa brasileira.

Senhor presidente, senhores deputados, é necessário termos a devida coragem para fazer também nossa a afirmativa hoje resumida pelas palavras do PMDB Nacional, deputado Ulisses Guimarães — "Devo, não nego. Pago quando puder". — Esse quando puder, deve ser, pelo menos, a aceitação da moratória mesmo que pelo prazo mínimo de três anos.

Da forma como está sendo encaminhada a questão econômica, é justo reconhecer, senhores deputados, que não estamos caminhando, pois que já nos encontramos num beco sem saída. É chegada a hora, da imediata declaração da moratória; pois sem a moratória, nós não temos como restabelecer a liberdade de ação econômica no Governo, mesmo porque o peso da dívida faz com que toda a economia se volte para o pagamento de juros e amortizações.

Os nossos tecnocratas, falidos como estão, já nem conseguem mais, nem mesmo esta etapa, são falidos administrativamente de uma dívida externa, em função da qual, nem mesmo conseguem a situação à base de juros; à base de desvalorização violenta da moeda nacional.

Senhores deputados, com a moratória, as atenções do País todo, haveriam de voltar-se para o combate à recessão, pois acima de tudo devemos defender primeiramente os interesses do Brasil e só depois atentarmos para os bancos. É hora de concedermos prioridade ao ser humano, ao invés de prioridade como está concedida, aos agentes financeiros internacionais que nos têm esmagado.

O pagamento da dívida, senhor presidente, senhores deputados, deve subordinar-se à política de empregos, pois já estamos em moratória tácita. Quando se fala em moratória, quando assistimos a corrida das diretrizes federais tentando negar a validade da moratória, nós apenas assistimos a uma corrida vazia, incoerente, absurda, hipócrita como foram todas as diretrizes econômicas do Governo Federal nos últimos tempos. Pois que a verdade, senhores deputados, é que já estamos em moratória há muito tempo.

Não estamos saldando os nossos compromissos no exterior e sem crédito nós aí estamos correndo de porta em porta da América do Norte à Europa batendo exatamente nas portas dos dominadores, daqueles que são os dominadores deste País. Porque, a bem da verdade, os dominadores aqui dentro são dominados lá fora e têm jogado nossa gente num estágio de humilhação em que comprometido está até mesmo a nossa noção de soberania.

Não devemos temer um boicote. Quanto a um possível boicote de racionamento de petróleo, por exemplo, por parte da OPEP, não acreditamos que possa realizar-se, pois a questão é de ordem política e como tal deve ser tratada.

O Brasil ajudou na consolidação da OPEP e tem condições de negociar politicamente com os produtores de petróleo. O restante das importações poderá ser paga à vista com o excedente comercial.

Mas, mais do que nunca, é preciso começar a respirar um novo momento econômico do País. E esse respirar um novo momento econômico jamais poderá existir, jamais poderá iniciar-se sem a declaração formal daquilo que já é uma realidade nacional, a moratória, negada, mas impossível de ser adiada, pois que é a maior exigência do Presidente neste momento.

Senhor presidente e senhores deputados, devo esclarecer que nós temos condições de sair deste quadro de estagnação econômica em que nos encontramos.

Não é apenas uma recessão brasileira, mas de toda uma América Latina tão bem escrita por Eduardo Galeano em seu livro "Veias abertas da América Latina". O estrangulamento da economia latino-americana e em particular a brasileira, tem sido o preço para garantir um modelo capitalista dominante nos Estados Unidos; tem sido a fonte de sustentação da democracia social da Europa.

Nós somos o quintal em torno do qual se constrói a prosperidade estrangeira.

Nosso progresso, senhores deputados, tem sido o progresso de porta-aviões. Temos tido em nossa história hóspedes da prosperidade alheia e nós temos que reconhecer a nossa posição. Precisamos de moratória sim. Declarada a moratória, os nossos países irmãos da América Latina, farão o mesmo forta-

lecendo o movimento, porque, a mesma recessão econômica que nos estrangula, está estrangulando a eles também. O momento conjuntural é propício, portanto, as soluções do FMI não são soluções. Devem ser denunciadas.

O FMI é uma barreira que aí está e o rompimento é uma necessidade para garantir mesmo a nossa noção de soberania.

Senhores deputados, quando levamos em conta que a dívida argentina é de trinta e oito bilhões de dólares, devemos somar Argentina, Brasil e México, três países à beira do abismo. Três países que vivem o drama do vazio econômico.

Existem 14 nações deste sub-continente, que vivem a braços com débito de valor conjunto de aproximadamente trezentos bilhões de dólares, segundo dados de fins de 1982, dados este fornecidos pelo próprio Banco Central Norte-Americano, o total da dívida externa do terceiro mundo andava em torno de quinhentos e quarenta bilhões de dólares, dos quais trezentos bilhões da América Latina.

Dentro deste quadro podemos nos situar, a nível latino-americano:

Equador: 6 bilhões de dólares;
Colômbia: 10 bilhões de dólares;
Peru: 11 bilhões de dólares;
Chile: 17 bilhões de dólares;
Venezuela: 33 bilhões de dólares;
Argentina: 38 bilhões de dólares;
México: 84 bilhões de dólares;
Brasil: 86,3 bilhões de dólares, perfazendo portanto

os quase trezentos bilhões de dólares apontados pelo próprio Banco Central Norte-Americano.

Dessa dívida, senhores deputados, o montante a reescalonar no corrente ano, é da ordem de quatrocentos e oito bilhões.

É um problema que se agiganta, hoje praticamente tudo que conseguimos de empréstimos tem sido para pagar empréstimos vencidos ou para pagar os serviços dos próprios empréstimos.

Somos, e estamos crucificados em nome da dívida externa brasileira.

É por isso que, fazendo um breve parêntese, quando o Secretário de Finanças do Paraná, acusado de haver mudado de posição, de que no passado era totalmente contrário a empréstimos em dólares, e hoje é favorável a empréstimos em dólares, nós temos que reconhecer que, como economista que é, como figura competente, que canaliza e pondera de perto os números onde nós estamos, ciente de que a asfixia de nossa gente gerada pelo dito Governo Revolucionário, que se implantou, que se entregou aos interesses multinacionais, gera uma situação em que, esta bola de neve acaba culminando maiores e maiores concessões.

O Paraná, mesmo contrariando a filosofia própria do senhor Secretário de Finanças, Erasmo Garanhão, está sendo obrigado a tomar empréstimos em dólares, em nome de um volume gigantesco que recebeu como herança, e do qual não consegue, a curto prazo, ou a médio prazo, pelo menos, libertar-se porque a avalanche é total!

Senhores deputados, a dívida externa lançou a América Latina e em particular o Brasil na depressão, que nos caracteriza, arrastou-nos à miséria, selou a fome, como padrão de vida para a maioria dos brasileiros, criou o espectro do desemprego enquanto o resto do privilegiado mundo capitalista se recupera.

É fácil para os capitalistas ianques e para a rica Europa fazerem loas a seu regime, quando se deixa de lado a visão do que representa para o terceiro mundo da América Latina em especial a opulência por eles selada a nível de própria evolução.

É dentro desta forma, e sobre este prisma, senhor presidente, senhores deputados, que o presente momento histórico brasileiro, é um momento de fazer frente à espoliação do Brasil pelo capital estrangeiro, pelo capital alienígena, que é selvagem,

quer afastá-la mais e mais da nossa gente.

Não nos interessa a substituição de ministros da área econômica. Esta troca pura e simples, não representa nenhum progresso na solução da crise econômica e financeira em que o País se encontra. Os males e raízes do caos em que nos aprofundamos vem de um sistema autoritário, reacionário, econômica e financeiramente falido social e politicamente degradante, voltado para os interesses internacionais, e grupais, sem levar em conta as necessidades do povo, e a própria soberania da Nação brasileira.

Senhor presidente, senhores deputados. A única forma de lutarmos contra a política entreguista do governo federal, é não aceitarmos a tese da conciliação. Não nos interessam candidaturas de consenso, se as mudanças não forem profundas.

Concretizada a tal conciliação, até mesmo haveria de cessar a luta, ou pelo menos a modificação por algo mais profundo que é a transformação do modelo político econômico que aí está.

É necessário levar em conta, a participação da sociedade civil como um todo. A grande mudança pressupõe a participação do sindicato, das OABs, das associações de classe, das associações de bairro, afinal de contas, de toda a sociedade organizada do País.

Senhor presidente, senhores deputados. Está na hora, de clamarmos de uma só voz, que basta sim, é de autoritarismo, é de empreguismo. É hora de justiça social, é também hora, de dizer, não, ao arrocho salarial para que possamos dizer sim, ao Brasil.

É por isso, senhores deputados, que faço minhas as palavras da própria executiva nacional do PMDB, resumidas através da pregação da Assembléia Nacional Constituinte, da necessidade urgente de moratória, de eleições diretas para presidente da República.

Há necessidade urgente, de ampla reformulação tributária para que possamos devolver o Brasil aos brasileiros.

Este Brasil que passou a ser governado pelo FMI, tem, em grande parte, patrimônio das multinacionais, este Brasil de governantes que têm negociado a nossa soberania, como se fossem eles os donos de nossa terra, e até mesmo os donos de nossa História.

Sim, a monocultura, na proposta do PMDB, urge a reforma agrária, porque o latifúndio tem sido, historicamente, o grande sinônimo do retrocesso.

Não podemos permanecer calados, senhor presidente, senhores deputados, ante o artificialismo, até mesmo dos nossos ciclos econômicos.

Os nossos ciclos econômicos sempre foram artificiais, é verdade. Nossa economia, sempre for a economia à base da sobremesa, imposta por disposições e política externa. E foi assim, que veio o ciclo do cacau por exemplo, exigido pela glotonaria, dos norte-americanos, europeus, por chocolate.

O preço do café sempre representou uma opção ditada pelos nossos dominadores, que podem dispensar, também, e em suas tradições internas, até mesmo o hábito da economia de sobremesa, que é o café. E no Paraná, o avanço das pastagens em terras férteis, está convertendo o nosso rico Paraná de outrora, em paraíso do boi, e em inferno do homem que trabalha a terra, consolidando um modelo que, segundo palavras de D. Pedro Casaldáliga, resume-se no grito "Viva o boi, morra o Homem!"

Senhor presidente, senhores deputados ...

O Sr. Tuguio Setogutte — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nós estamos aqui atentamente observando as suas colocações, e realmente reconhecemos que a situação é por demais difícil; se não fora pela própria dívida interna, como há pouco vossa excelência dizia, nós ainda temos o problema da nossa dívida externa que se avoluma a 4 cantos! Mas, especificamente,

no Paraná — eu gostaria de lembrar o ilustre deputado e em especial à bancada do PMDB, que tanto tem propugnado por melhores medidas quanto a empréstimos e quanto a saldos de pagamentos a nível internacional principalmente, que, o Estado do Paraná, tendo uma dívida, atualmente, de 300 milhões de dólares em torno dessa importância, quando o governador José Richa pede — por que não dizer implora — por um novo empréstimo de 109 milhões de cruzeiros para eletrificação rural, eu acho bastante temerário! Há necessidade, nós reconhecemos, mas talvez a 4 anos, quando ele está pedindo o empréstimo e vai conseguir pelo que eu estou sabendo, de mais 100 milhões de dólares, para construir a Usina de Salto Segredo que na opinião dos técnicos, não tão necessária porque nós estamos entrando numa recessão, estamos dentro de uma recessão que, em menos de 6 anos nós não iremos sair dessa dificuldade, e a previsão para o seu término, acima de 8 anos, eu concordo, mas que não haveria a necessidade de se iniciar, talvez até neste governo, ou talvez se iniciasse no final deste governo porque realmente uma das alegações é que ele não escreverá o nome do Paraná com o término dessa usina, não haveria necessidade de tanta precipitação e mais dólares emprestados do exterior, em torno de 100 milhões de cruzeiros, afora os 50 milhões de dólares que estão sendo solicitados para os pequenos municípios. Com tudo isto, eu creio que há necessidade que a bancada de vossa excelência analise com detalhes e realmente traga, perante esta bancada, perante o povo do Paraná, esclarecimentos mais detalhados e mais convincentes quanto à recepção desses dólares, não dizendo dos 12 milhões de dólares que acabaram de ser feitos que eu acho necessários, e que isto é rolagem de dívida praticamente, se bem que, o senhor governador e a liderança não vieram a público ainda, dizer de qual a necessidade desses 12 milhões que acabam de ser, ainda há pouco, tomados do governo do exterior, afora um total de 40 milhões de dólares, que é o total estimado que o senhor governador do Estado deve tomar, dentro dos próximos 90 dias.

O SR. TADEU FRANÇA — Quando o governo Richa vai também à procura de dólares, ele vai em busca de pelo menos adiar aquilo que, para o presente momento, em função da política econômica federal, poderia representar uma morte imediata. Posso adiantar a vossa excelência, a Usina de Salto Segredo — e não são palavras minhas, foram palavras do Secretário das Finanças, Erasmo Garanhão, há poucos dias, na CPI da Falência dos Municípios, ele afirmava aos deputados lá presentes — está em discussão e caberá a esta Casa, a discussão, a votação, a aprovação ou rejeição deste projeto, para o Paraná. Entretanto, num contexto como este no qual nós estamos, municípios e 125 deles estão asfixiados por dívidas em dólares, a morte é certa se não houver uma corrida do senhor governador para, pelo menos, adiar enquanto se encontram soluções. Mesmo porque, um governo pensado pela máquina federal que se entregou ao capital exterior não pode, de forma alguma, em alguns meses e pelo próprio centralismo econômico nas mãos da União, encontrar qualquer vislumbre de saída para a crise econômica da qual nos encontramos.

Senhor presidente, senhores deputados. É por isso que preferimos concluir dizendo: não nos interessam transformações de superfície. De nada nos adianta a troca de presidencialismo por parlamentarismo. Em nada contribui a troca de um Delfim por um Maluff. O mal tem raízes muito mais profundas. Ou será que adiantaria ampliar a fracassada Paulipetro do malufismo, fazendo evoluir para uma Brasipetro sob a batuta do comandante Maluff?

Não nos interessam transformações de superfície. Queremos sim, modificações profundas, de base. Queremos a redenção global de um povo, conquista esta que deve ter como autor o próprio povo brasileiro, através das propostas do PMDB lembradas pelo presidente do PMDB nacional e que motivaram a

volta dele - deputado Ulisses Guimarães - à tribuna do parlamento após 15 anos de voluntário silêncio.

Senhor presidente, senhores deputados. Num momento conjuntural como o nosso, é preciso ter resposta nacional à pergunta do "para onde vamos?" Pergunta feita pelos 127 milhões de brasileiros no presente instante. De outra forma, não teríamos como contribuir. O Paraná, asfixiado como está por um modelo econômico gerado pela estrutura ainda há pouco exposta, tem no PMDB e tem no governo Richa, um início de uma inquietação. Não uma solução pela pequenez do Poder estadual, mas o início de uma caminhada que precisa crescer, que precisa agigantar-se, que precisa ser forte.

Temos que ser a resposta para que os nossos filhos não se convertam no amanhã, em fantasmas de um Brasil incoerente, onde hoje, apenas um pequeno núcleo se desenvolve plenamente mas às custas da esmagadora maioria que se arrasta presa a sórdidos milhões.

Muito obrigado, senhor presidente.

Muito obrigado, senhores deputados.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 senhores deputados:

Sobre a mesa, emendas ao Projeto de Lei nº 83/83, em número de quatro (04), de autoria do senhor deputado Adhail Sprenger Passos, constantes do expediente.— Ao Departamento Legislativo, para juntar ao projeto de lei.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Artagão Mattos Leão, devidamente apoiado, constante do expediente. Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Roberto Requião, devidamente apoiado, constante do expediente. Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 74/83, de autoria do DEPUTADO ERONDY SILVÉRIO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BAIRRO JARDIM GABINETO", com sede e foro nesta Capital.— Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 129/82, de autoria do DEPUTADO ERONDY SILVÉRIO, que autoriza o Poder Executivo a transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, a estrada que liga a sede do município de Mallet à Barra do Potinga, município de São Mateus do Sul, passando por Faxinal, Palmital e Pontilhão. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 71/83, de autoria do DEPUTADO ROBERTO REQUIÃO, que declara de utilidade pública a "IGREJA EVANGÉLICA ALMAS PARA CRISTO RESTAURADA", com sede em Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 72/83, de autoria do DEPUTADO EDMAR LUIZ COSTA, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO AÇÃO SOCIAL NOSSA SENHORA DE FÁTIMA", de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 85/83, de autoria da DEPUTADA IRONDI PUGLIESI, que declara de utilidade pública o "SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS DE APUCARANA — S.O.S.", com sede e foro no município de Apucarana. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 95/83, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem nº 70/83), que autoriza o Poder Executivo a permutar o lote nº 7, da quadra nº 18, de propriedade do Estado, pelo lote nº 1 e parte do lote nº 2, da quadra nº 21, de propriedade do senhor Frederico Graciete, ambos situados na cidade de Iguaçu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — Projeto de Lei nº 96/83, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem nº 83/83), que doa à Emater-Pr-Acarpa, lote de terreno sob nº 4, da quadra 115, da cidade de Ibituva, de propriedade do Estado do Paraná, com características que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 156/82, de autoria do DEPUTADO EGON PUDELL, que altera o número de vereadores à Câmara Municipal de Toledo, a vigorar a partir da Legislação a iniciar-se em 1989. Com PARECER FAVORÁVEL E SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade.— **EM REGIME DE URGÊNCIA.**

Está em discussão o projeto e o substitutivo. Em votação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Pela ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Pela ordem, concedo a palavra ao senhor deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Vossa Excelência está colocando em votação, qual projeto? Por obséquio, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A presidência informa Vossa Excelência que colocou em segunda discussão o projeto e o substitutivo geral. De acordo com o Regimento Interno será colocado em votação apenas o substitutivo geral.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Vossa Excelência poderia determinar a leitura do substitutivo, senhor presidente?

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A presidência atende e dará conhecimento a Vossa Excelência e a esta Casa, dos termos do substitutivo geral ao projeto de lei 156/82. (Lê Substitutivo).

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Agradeço a Vossa Excelência, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está em votação o substitutivo. **APROVADO O SUBSTITUTIVO GERAL.** — **Aprovado o substitutivo geral, artigo por artigo.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar nº 34/83, de autoria do DEPUTADO LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA, que dá nova redação ao artigo 51, da Lei Complementar nº 2, de 18 de junho de 1973. (Trata da remuneração de vereadores e da instituição de verba de representação para a presidência da Câmara Municipal). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— **Aprovado.**

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 34/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — O Art. 51, da Lei Complementar n.º 2, de 18 de junho de 1973, passa a ter a seguinte redação:

Art. 51— O mandato de vereador será remunerado nos casos permitidos pela Constituição Federal.

Parágrafo único. Fica permitida a instituição de verba de representação para a Presidência da Câmara Municipal, até o limite de 50% (cincoenta por cento) da remuneração do vereador.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(a) Luiz Alberto Oliveira.

JUSTIFICATIVA:

O artigo 51 da Lei Orgânica dos Municípios- Lei Complementar n.º 2, de 18 de junho de 1973, veda a percepção da verba de representação pelos Senhores Presidentes da Câmara Municipal. Tal mandamento legal estava em consonância com a Constituição Federal e a Lei Complementar Federal n.º 25, de 2 de julho de 1975, que rezava:

"Art. 3.º -- É vedado o pagamento ao vereador de qualquer vantagem pecuniária, como ajuda de custo de representação ou gratificação não expressa por esta Lei".

A Lei Complementar n.º 38, de 13 de novembro de 1979, entretanto, em seu Art. 3.º, revogou esta disposição, possibilitando, assim, que os legisladores municipais possam dispor livremente sobre essa questão.

A Lei Orgânica dos Municípios do Paraná, datada de 1973, ainda não se adaptou à legislação federal citada, o que vem causando dúvida aos legisladores municipais e problemas na apreciação das contas dos municípios paranaenses.

Assim sendo, com o presente Plano de Lei, a meu ver, expurgar-se-á a Lei Orgânica de flagrante tolhimento da competência do legislador municipal em estatuir verba de representação a seu Presidente, medida plenamente justificável sob todos os aspectos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 34/83.

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira, o presente projeto de lei tem por finalidade alterar o Art. 51 da Lei Complementar n.º 02 de 18/06/73 — Lei Orgânica dos Municípios, conforme especifica.

A pretensão do legislador é possibilitar a percepção de verba de representação pelos senhores Presidentes das Câmaras Municipais, em proporções que estabelece.

Sob o aspecto legal e constitucional a que é chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, temos que a matéria não encontra qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa, de vez que se adapte às normas pertinentes sobre o assunto, estabelecidas pela Constituição Federal e Legislação Complementar em vigor.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação, desde que o mesmo seja convenientemente autuado como Projeto de Lei Complementar, através do setor competente desta Casa, a fim de que ao ser submetido à deliberação do Plenário, seja obedecido o rito estabelecido para as matérias desta natureza.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 7 de junho de 1983.

(aa) Djalma de Almeida Cesar - Presidente.

Gabriel Sampaio - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 34/83

PARECER:

O eminente Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira, pretende com o presente Plano de Lei Complementar, a alteração do artigo 51 da Lei Complementar n.º 02, de 18 de junho de 1973 - Lei Orgânica dos Municípios, nos moldes da proposição.

O projeto em epígrafe já mereceu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Com efeito, também na área de competência desta Comissão de Finanças, nenhum óbice existe que possa embaraçar a normal tramitação do processo pelos demais órgãos da Casa.

Por tais razões, somos de opinião favorável à APROVAÇÃO do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) Ervin Bonkoski - Presidente.

Ezequias Losso - Relator.

O SENHOR PRESIDENTE - (Trajano Bastos) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do senhor deputado Tadeu França, constante da sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Senhores Governador do Estado e Secretário das Finanças, solicitando-lhes que, de acordo com pedido formulado pela Associação Comercial e Industrial de Maringá, concedam dilação de prazo por 45 dias, recolhimento de ICM abusivo ao mês de dezembro do corrente ano, pela Indústria e Comércio da Cidade Canção, pois que o atual estágio de recessão econômica vem gerando mais e mais dificuldades para o pagamento do décimo terceiro salário aos assalariados maringenses. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, visando a inclusão no anteprojeto do novo Código de Organização Judiciária do Paraná, a implantação de mais uma Vara Cível no Município de Toledo. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Interior, visando a implantação, através da SANEPAR, de rede de esgoto, bem como estação de tratamento de esgoto sanitário no Município de Toledo. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante de expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Agricultura, encarecendo para que sejam tomadas medidas, através dos órgãos competentes, visando coibir o uso abusivo de agrotóxicos na zona rural do Município de Tupãsi. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Francisco Escorsin, constante de expediente de sessão anterior, solicitando inserção nos Anais da Casa, do texto de análise da obra imorredoura do Presidente Getúlio Vargas. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, encarecendo a construção de um Posto de Saúde na sede do Município de Ubatatã. **Aprovado.** Ao

Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da senhora deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a implantação de um Posto de Saúde no distrito de Porto Camargo, município de Icaraíma.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da senhora deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Administração, visando a instalação de postos de atendimento do IPE, nos municípios de Campina da Lagoa e Roncador.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a senhora secretária da Educação, visando a transformação da Escola Estadual "Duque de Caxias" — Ensino de primeiro grau, em Escola "Duque de Caxias" — Ensino de primeiro e segundo graus, no distrito de Centro Novo, município de Planalto.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Saúde e Bem-Estar Social, visando a ampliação e estadualização do Posto de Saúde do município de Cafelândia.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Mário Pereira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor governador do Estado, visando a criação do Programa Especial de Combate à Erosão.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao jornal "Folha de Londrina", pela publicação, em data de 24 de agosto do corrente ano, de um trabalho sobre a problemática municipalista, bem como se dê ciência do mesmo ao diretor do referido jornal.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Roberto Requião, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor governador do Estado, para que o mesmo determine junto à Casa Civil, com referência a informações sobre o Banestado, bem como a negociações com o Grupo Coroa-Brastel.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Segurança Pública, encarecendo providências para melhor equipar a Subdivisão Policial do município de Paranaguá.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Antônio Anibelli, subscrito pelo senhor deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor governador do Estado, apelando no sentido de que o Poder Executivo, ao se deslocar para o interior do Estado, instale-se no município de União da Vitória.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor governador do Estado, encarecendo a liquidação da sociedade mercantil denominada "Banco Del Paraná", que funciona no Paraguai, como subsidiária do Estado do Paraná S/A., no prazo de 90 dias.— Em discussão.

O SR. JORGE MAIA FILHO — (Pela ordem) — Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do senhor deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de telex aos senhores presidente da República, ministro da Indústria e Comércio e presidente do IBC, sugerindo medidas para evitar o processo de erradicação no Paraná.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao senhor diretor presidente da Copasa, visando a implantação de unidades de armazenamento de maçã, nos municípios de Porto Amazonas e Guarapuava.— Ao autor para que seja endereçado através da Secretaria competente.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da senhora deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Administração, encarecendo a instalação de um Posto de atendimento do IPE, no município de Mamborê.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da senhora deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Saúde e Bem-Estar Social, visando a implantação de um posto de saúde no distrito de Alto São João, município de Roncador.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da senhora deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a senhora secretária da Educação, no sentido de que seja reformada a Escola de primeiro e segundo graus, do município de Fênix.— Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem) — Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do senhor deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do pronunciamento proferido pelo senhor presidente do Diretório Nacional do PMDB, no Congresso Nacional, em sessão do dia 24 de agosto do corrente ano.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à SANEPAR, através da Secretaria do Interior, encarecendo informações referentes às obras de implantação do sistema de abastecimento de água na localidade de Mariental, no Município da Lapa. Em discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Vossa Excelência está se referindo a um requerimento de autoria do Deputado Airton Cordeiro pedindo informações a uma companhia estatal do Governo do Estado do Paraná?

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Exatamente.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — A SANEPAR?

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A SANEPAR, que é vinculada à Secretaria do Interior.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Mas que tem autonomia financeira e administrativa de acordo com o Estatuto da empresa, Sr. Presidente, e que se rege de acordo com as normas do Direito Comercial. À vista do exposto e da própria tradição desta Casa, Sr. Presidente, solicito a Vossa Excelência que aceite o expediente, de vez que se trata de uma empresa da administração indireta do Estado do Paraná vinculada, mas não subordinada financeiramente e administrativamente à Secretaria de Estado do Interior.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa informa a Vossa Excelência que o reparo feito ao encaminhamento do requerimento do ilustre Deputado, vem exatamente ao encontro do interesse do requerente. Porque constitucionalmente esta companhia estaria obrigada a responder ao pedido de informações do ilustre Deputado que o subscreve, se tiver o encaminhamento através do Sr. Secretário responsável por esta estatal.

Nestas condições e por deliberação já anteriormente tomada pelo Plenário desta Casa, é que esta Presidência toma a liberdade de devolver ao autor o presente requerimento, para a correção necessária.

O SR. ANIBAL KHURY — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Anibal Khury.

O SR. ANIBAL KHURY — Sr. Presidente, realmente Vossa Excelência tem razão. Mas acho que por economia processual, Vossa Excelência, "ex-officio" pode determinar que este requerimento, uma vez aprovado, vá ao Secretário cuja companhia está vinculada.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa respondendo a questão de ordem levantada por Vossa Excelência, encontra dificuldades de alterar a redação do requerimento, porquanto o seu autor não está presente. E mantém a decisão anteriormente tomada.

— Ao autor para que seja endereçado através da Secretaria competente. — Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 29, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 129 e 156/82, e 71, 72, 85, 95 e 96/83.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 34/83.

1.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 33, 44, 60, 90 e 99/83 e dos Projetos de Resolução n.ºs 53, 55 e 67/83.

Levanta-se a Sessão.

Matéria cuja transcrição nos Anais da Casa, foi aprovada a requerimento do Sr. Deputado Francisco Escorsin, em sessão do dia 25 de agosto de 1983.

"In Memoriam" a Vargas.

Há vinte e nove anos, uma herança era deixada por um líder que após todos esses anos é lembrado nos momentos em que nosso País atravessa crises que já na década de 50 poderiam ser avaliadas para o futuro, nesse presente, em que todo o povo sente e comemora a morte de Getúlio Dorneles Vargas.

A carta-testamento é hoje uma realidade para muitos que acreditam em tudo aquilo que Vargas pregou durante a sua vida de luta e sofrimento.

Em sua época, não muito distante, já se enfrentava a espoliação e o domínio dos grupos econômico-financeiros internacionais e a inflação, bem como os lucros do capital estrangeiro, em nosso País, ultrapassavam os 500 por cento.

Getúlio foi insultado e caluniado, combatido pelos poderosos grupos que assolavam esta terra, sufocando os reais interesses nacionalistas, que em seu pensamento eram arrasados pelos poderosos grupos internacionais, que só tinham um pensamento: "espoliar a economia da Nação". Dentre sua palavra marcante na carta-testamento, uma frase é uma marca incontestável da realidade: "Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com perdão. E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória".

Entretanto, a liberdade social e principalmente as melhores condições ao trabalhador foram concedidas em sua época.

Getúlio é homenageado hoje em todo o País, pelo seu centenário de nascimento e pelos 29 anos de seu falecimento. Seria leal por parte de nossa gente e de seus governantes meditar, e, com os pés firmes, pisarem em nosso solo afirmando: "Ele ainda nos pertence, e sempre nos pertencerá; não importa os sofrimentos, haveremos de conquistar a nossa independência econômica."

Matéria cuja transcrição nos Anais da Casa, foi aprovada a requerimento do Sr. Deputado Gernote Kirinus, em sessão do dia 25 de agosto de 1983.

ULISSES PREGA UNIÃO E DEFENDE MORATÓRIA

A união de todos os brasileiros, sem radicalismo, a eliminação da tutela do FMI, com a decretação da moratória unilateral e a reformulação total da política econômica foram a base do pronunciamento feito ontem, da tribuna, pelo presidente nacional do PMDB, Ulisses Guimarães, durante quase uma hora, sem apartes, e que atraiu mais de quinhentas pessoas às galerias da Câmara.

"Como grave e iminente é o perigo que ronda a Pátria, é a hora da grandeza e da união de todos os brasileiros e instituições, sem radicalismos intransigentes e minoritários", disse Ulisses. Porém, mesmo defendendo a conciliação, o presidente do PMDB foi cáustico ao dizer que o Brasil, apesar de suas esperanças nos planos político, econômico e social "só não tem tido ultimamente, principalmente após 1964, governantes proporcionais à sua geografia e que frustraram a sua vocação de grandeza".

O pronunciamento do presidente do PMDB foi ouvido em completo silêncio, interrompido apenas por aplausos calorosos, mas logo depois de concluído o tumulto gerado no plenário pela reação dos pedessistas foi tão grande que a sessão teve que ser suspensa por três minutos.

Tudo começou com a reação das galerias e de alguns parlamentares opositores à fala do líder do PDS, Nelson Marchezan que, ao anunciar que a resposta do PDS seria dada em pronunciamento do seu presidente, senador José Sarney, dirigiu palavras consideradas "agressivas" a Ulisses Guimarães e ao PMDB.

Sob apupos, Marchezan afirmou que Ulisses "não trouxe novidades e sim dados equivocados e posições apaixonadas que revelaram sua profunda ignorância do processo de abertura de que é beneficiário". Com o aumento do volume das vaias, o líder pedessista disse lamentar que a frustração dos liderados de Ulisses em relação

ao pronunciamento se manifestasse sobre ele, líder do PDS.

Enquanto isso, o vice-líder do PDS, Gerson Peres (PA), resolveu dirigir ofensas a alguns peemedebistas, provocando reações dos deputados Olavo Pires (GO) e Gilson de Barros (MT) que só não resultaram em agressões porque Marchezan e Teodorico Ferraço (ES), um dos líderes do grupo "Participação", "puxaram Peres pelos braços e o levaram a um canto do plenário.

Ao mesmo tempo, as galerias cantavam "Brasil unido jamais será vencido", provocando a ordem do presidente Flávio Marcílio — não cumprida — para a evacuação do recinto e suspensão da sessão.

SÓ A ELEIÇÃO DIRETA LEVA À LEGITIMIDADE

Esta é a íntegra do discurso do presidente do PMDB, deputado Ulisses Guimarães:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados e Senadores que honram esta Casa com suas presenças.

"O PMDB hierarquiza o institucional como o conteúdo constitucional, político, econômico, dos direitos e garantias do homem e de justiça social desta Nação.

Para o PMDB o institucional é a democracia, instrumentalizada por uma Constituição estruturada pela vontade política da sociedade. Enquanto estiver arruinada a democracia neste País, pelo arbítrio e pelo autoritarismo, arruinadas estarão, como fatal consequência, a vida de milhões homens, mulheres, jovens e crianças no Brasil.

O regime politicamente fechado, desestabiliza e desintegra a iniciativa empresarial; desnacionaliza a economia pela ação dos capitais estrangeiros despoliciados; escarnece e desonra os princípios da moral pública e privada pelo favoritismo do empreguismo eleitoral e pela corrupção das simonetes, delfinetas e agora as polonetas; com sucessivos escândalos, verdadeiros assaltos à bolsa do povo, como entre outros, o estouro da Delfim, da Capemi, da Coroa-Brastel, que estarrecem a Nação, insultam provocadoramente a classe média e milhões de brasileiros sem ter o que comer, morar, vestir, educar seus filhos e tratar da saúde, expulsos da terra pela brutalidade da força criminosa ou por ordenados espoliadores.

No patamar federal, um governo sem legitimidade democrática não tem representatividade popular e não tendo representatividade, não tem credibilidade interna e externa, só a eleição direta leva à legitimidade e ao consenso gera.

Mas o consenso há de ser o bom senso da reivindicação pela eleição direta, com dimensão plebiscitária, de quase noventa por cento da Nação pesquisada; da exigência dos trabalhadores e seus sindicatos, vários deles submetidos a intervenções iníquas; do clamor dos jovens interpretados pela voz independente e mensageira do futuro das associações estudantis, das mulheres que trabalham e que enfrentam na família a luta desesperada e desigual contra o custo de vida e o desemprego; da revolta do empresariado espoliado e expropriado por uma política econômica que contraria os interesses da maioria da Nação. Em recente manifesto empresarial foram feitas denúncias candentes e propostas progressistas. Eis a fatal contagem regressiva para o caos e a catástrofe: a desaprovação, embora silenciosa, da maioria das forças Armadas, fiéis aos mandamentos constitucionais ordenando que são instituições nacionais permanentes destinadas à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constituídos, da lei e da ordem, cujos orçamentos familiares também são esmagados pelos efeitos da "staginflation" quatro milhões de desempregados, sem seguro-desemprego e sete milhões de subempregados; noventa por cento da força de trabalho, cerca de quarenta milhões de trabalhadores, responsáveis pela manutenção de mais de cem milhões de dependentes, ganhando menos de cinco salários mínimos e sessenta e sete por cento com menos de dois salários mínimos; quarenta e cinco milhões de analfabetos; o sucateamento de indústria, comprovado

pela insânia de juros reais mais altos do mundo, e pela escalada alarmante de títulos protestados, concordatas e falências.

"É a hora da grandeza e da união de todos"

"A política ou é intérprete da rua, através do veículo convencional civilizado, democrático enfim, da sociedade ou ela, pela incompetência, cegueira e prepotência dos governantes, explode com desespero e sangue na rua, confirmando sombrio vaticínio hegeliano de que a violência é a parteira da História.

O PMDB é humilde, confessa que sendo "partido", até etimologicamente reconhece legitimidade de outras partes ou partidos, como intérpretes de parcelas ponderáveis da população. O PMDB não se autopromove proprietário da verdade, está consciente do dogma "errar é humano", peculiar ao regime democrático, criado pelo homem, para que homens investidos de poder consentidamente governem homens. O PMDB não é idólatra da taumaturgia ou da demagogia dos receituários milagreiros e para a salvação pública, peculiares aos líderes mistificadores ou carismáticos. O PMDB é sincero, apto a reconhecer erros comprovados, não exercita oposição apocalítica ou sistemática, pratica a homilia agostiniana de amaldiçoar o pecado e amar o pecador. Mas também lhe repugna a corte dos áulicos dos soberanos, não tem ódio nem medo dos poderosos do governo e do dinheiro, verdades estas testemunhas em 16 anos de luta. Também é fiel à memória e ao exemplo dos patriotas sacrificados no combate pela democracia. Para que se avalie a extensão e a audácia da perseguição, basta recordar que três líderes da bancada dos deputados federais foram cassados: Martins Rodrigues, Mário Covas e Alencar Furtado.

Como grave e iminente é o perigo que ronda a Pátria, é a hora da grandeza e da união de todos os brasileiros e instituições, sem radicalismos intransigentes e minoritários, esquecidos de advertência bíblica de que Sansão rompeu as colunas do templo, porém morreu sob os escombros. Mas ao mesmo tempo não traíra princípios e compromissos, que se renegados envergonhariam a saga de resistência do PMDB e profanariam nossos mortos pelo ideal de liberdade e democracia com justiça social, como o único regime que consagra a soberania popular.

A história edifica com exemplos de grandeza e demonstração pessoal, que são a estrutura dos estadistas, quando a Pátria está acima das legendas partidárias, dos segmentos representativos da sociedade e até da vida de seus filhos. No Brasil, vivemos esses momentos supremos, que os imortalizaram, o legendário gaúcho David Canabarro, quando repeliu a aliança com os argentinos, ameaçando de que o primeiro soldado estrangeiro que transpusesse as fronteiras da Pátria daria seu sangue para que assinasse a paz com o Império. Juscelino Kubitschek, o criador de Brasília, sementeiro do desenvolvimento, que no pleno exercício da soberania nacional repudiou acordo entreguista com o FMI, quando declarou que a prova de sua lealdade à democracia consistia na transmissão da faixa presidencial a um seu adversário político e de seu partido. Por coincidência fala ao País no dia 24 de agosto, data que recorda o suicídio de Getúlio Vargas, chegando ao exemplo de intransigente defesa da economia nacional contra a invasão do capital alienígena pirata e predatório.

Diálogo, proposta aos partidos e à sociedade.

O PMDB está aberto ao diálogo com a sociedade, com os estudantes, com a Igreja, com entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a mocidade e seus órgãos representativos, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), com as mulheres e suas organizações, com os sindicatos e empresários, inclusive as respectivas federações e confederações, com as minorias

discriminadas, os negros, os índios e demais setores marginalizados.

O PMDB manterá entendimento com todos os partidos, sem exclusões, com os de oposição, o PT e o PTB e também com o PDS, intérprete, pelo seu presidente José Sarney e seus líderes, das decisões de sua legenda e do Governo que apoiam. Esses entendimentos partidários devem se processar no Congresso Nacional, espaço independente que assegura a inviolabilidade da palavra e conversas sinceras e puras para celebração de acordos. Na paz, os próprios militares cultuam a cidadania de seus heróicos patronos, Caxias e Osório, que caluniados não se vingaram com suas espadas, mas defenderam-se com a palavra no Senado do Império, de onde saíram redimidos e consagrados. Essa é a tradição dos homens públicos deste País, civis e fardados. Hoje, a Nação lê estarecida às acusações mais constrangedoras, envolvendo altos funcionários do governo, espera esclarecimentos, para promover, se comprovados, exemplar punição. Enfim, é o foro político e social da nação, que até por sua composição colegiada e diversificada está mais perto da sociedade, registrando, explicitando suas reivindicações e seu protesto. Porém, essa compreensão não impedirá que, como Presidente do PMDB, anuncie à Nação que convocarei o Diretório Nacional para, com base na lei, propor o fechamento de questão e seu registro no Tribunal Superior Eleitoral, determinando a obrigatoriedade do comparecimento e a rejeição pelos senadores e deputados federais pedemebistas do decreto-lei 2045. Repudiado principalmente pelos trabalhadores e pela classe média, contra os quais perpetra a perversa expropriação de vinte por cento de seus ganhos. Isso sobrecarregado pelos reajustes insuportáveis de cento e trinta por cento nos empréstimos do BNH, despojados de teor social. O PMDB está convicto de que o PDT, o PT e o PTB assumirão idêntica responsabilidade, para que a oposição unida fechasse pela maioria que tem na Câmara dos Deputados a inaceitável mensagem.

Não subo a rampa do poder, preferindo assomar o topo desta tribuna, para falar à Nação e ao governo, pessoalmente legitimado por cerca de 250.000 votos dados espontaneamente pelo eleitorado de São Paulo, minha terra, pois praticamente não fiz minha campanha e em nome do PMDB, como o partido que é o porta-voz da maioria do povo brasileiro, pois seus 19.060.019 votos majoritários obtidos nas eleições de 15 de novembro de 1982 superam, em mais de um milhão, os 17.865.834 sufrágios outorgados ao PDS, totalizando 25.312.169 sufrágios o apoio confiado pela sociedade à oposição. Tem a transferência do óbvio que tais votos majoritários elegeriam o presidente da República em 1982, como sucederia nas vitórias do PMDB, nos pleitos eleitorais de 1974 e 1978.

Do alto da maioria, o programa alternativo.

Do alto da maioria que civicamente me credencia, o PMDB oferece as seguintes alternativas institucionais, econômicas e sociais, baseadas no Projeto Emergência do senador Teotônio Vilela, que pelo Brasil saúdo como herói da resistência, o menestrel da liberdade e o campeão da anistia;

I — Convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, para reunir-se, se não for possível antes, em 15 de novembro de 1986 a Constituição como lei suprema da nacionalidade, e criatura exclusiva da soberania popular.

II — Eleição direta, universal e secreta em 15 de novembro de 1984 do sucessor do presidente João Baptista Figueiredo, decorrência da emenda à Constituição, a ser votada a tempo para a campanha e propaganda.

A eleição direta em todos os níveis, principalmente para o Executivo Federal, é o caminho para devolver à sociedade o direito de dirigir o seu destino. Não se trata de escolher personalidades, mas de submeter ao juízo popular as propostas distintas para a administração do presente e para a construção do futuro. A essência da campanha é que os cidadãos sabem e querem solução de seus

problemas e transferem seus votos se acreditam nos partidos e candidatos oferecidos a seu sufrágio.

Em 15 de novembro passado o povo brasileiro demonstrou sobejamente a capacidade de votar com consciência, maturidade, discernimento e patriotismo. Eleição livre e direta não significa apenas direito de escolha, mas representa um exercício de reflexão sobre os desafios e sacrifícios que todos teremos que enfrentar juntos, para a salvação do Brasil. A campanha eleitoral, insisto, é o momento especial e valioso de aprendizado — aprendizado nosso, dos líderes, dos partidos políticos, pois é só através do diálogo direto com a população que se pode aprender e compreender os problemas, as agruras, os sonhos e aspirações nacionais e operar até retificação de propostas e prioridades, registradas por pesquisas da opinião pública. E só através do voto livre que se poderão consubstanciar as verdadeiras prioridades, as desejadas pela sociedade. O voto direto é isso: consubstanciação, num determinado momento, da vontade e das necessidades dos cidadãos, indicação precisa e insubstituível de suas prioridades.

Eleição direta para a Presidência da República é o caminho que se apresenta para a rotatividade do poder, vedada pelo regime autoritário, que apenas sucede nomes na trilha do arbítrio e da gestão imprevidente da coisa pública, divorciada da Nação.

Eleição direta é o caminho mais direto para a Estado democrático, para a participação nas decisões, para a Assembléia Nacional Constituinte que haverá de assentar em novas bases a vida brasileira.

Os analfabetos devem votar, para que a universalidade do sufrágio exista, sendo inadmissível confundir ignorante com o analfabeto, porque este hoje dispõe de um estoque de informações, consequência da explosão dos meios de comunicação, como o rádio e a televisão.

O PMDB condena o Colégio Eleitoral para a designação do Presidente da República, pois ele usurpa a soberania popular, além de distorcer o dogma da representatividade, equiparando os mais populosos estados com os de menor população.

III — Elevação imediata e progressiva do nível de atividade econômica visando a plena utilização da capacidade produtiva instalada no País, recusando a recessão. Sem que a economia cresça, pelo menos quatro por cento ao ano, o desemprego e a incapacidade de absorver o milhão e meio de novos integrantes da força de trabalho, corroerão a sociedade.

IV — Elevação do salário médio real em função do aumento da produtividade média da economia nacional e redução metódica e substancial das diferenças entre salários mais baixos e mais altos, tendo em conta a necessidade de estreitar a diferença entre salários urbanos e rurais, somente uma organização sindical forte, autônoma e livre, criará condições de pressão para que ocorra, de fato, a redistribuição da renda.

V — Aumentar a eficiência e a competitividade do setor estatal da economia — fundamental para o desenvolvimento econômico do País — desconectando-o da especulação financeira e redirecionando-o sob controle do Congresso, para as atividades fundamentais para a preservação do interesse nacional e popular.

VI — Restringir o acesso do Estado ao mercado de capitais aos casos de investimentos públicos efetivamente reprodutivos e auto-liquidáveis.

VII — A ação do Estado será intensificada no campo social e cultural, devendo a participação destes nos dispêndios da coletividade aumentar substancialmente. Priorização de um programa social de saneamento, educação, habitação popular, transportes, previdência.

VIII — Reforma fiscal, com o duplo objetivo de modificar a distribuição da Carta Tributária em benefício dos grupos de rendas baixas e de aumentar a participação dos Estados e municípios na receita fiscal, a qual deverá elevar-se de forma que sua participação no PIB, descontados subsídios e incentivos, recupere os níveis mais altos conhecidos no passado. A eliminação dos títulos ao portador é condição necessária à efetiva taxação dos ganhos patrimoniais produzidos

pela especulação financeira. Os que se locupletaram com a especulação financeira serão compelidos a sacrifícios proporcionais a seus ganhos.

IX — Fortalecimento da pequena e média empresas, particularmente na área rural e efetiva reforma agrária que garanta o acesso à terra aos que nela trabalham.

IX — Restauração do mercado interno como principal centro dinâmico da economia nacional, privilegiando-se a satisfação das necessidades básicas do povo. É espantoso que num país continental como o Brasil, diminuiu e encareceu brutalmente a oferta de alimentos ao povo.

XI — Reforma do sistema monetário-financeiro para assegurar seu efetivo Controle pelas autoridades do País, notadamente pelo Congresso nacional, rigorosa fiscalização bancária, eliminação das relações internas de débito e crédito em dólares (desdolarização) e negociação política para distribuir os encargos para eliminação dos riscos de câmbio assumidos por entidades públicas e privadas, evitando-se que os preços relativos dos insumos básicos sejam elevados em decorrência dos encargos financeiros excessivos anteriormente assumidos pelas empresas estatais.

XII — Redução gradativa e seletiva dos subsídios em função da modificação dos preços relativos e da ativação da política de câmbio.

Cabe ao País fixar as condições de pagamento

Para que se possa implantar uma política no marco dessas diretrizes gerais, impõem-se alguns requisitos, tais como a recuperação da liberdade de ação por parte do governo e a reconstrução dos instrumentos básicos de intervenção nos campos monetário, financeiro e cambial.

A liberdade de ação somente será recuperada se o Brasil renunciar à ajuda financeira do FMI no que respeita às faculdades ampliadas de crédito, que trazem consigo as chamadas cláusulas de alta condicionalidade. Convém, não esquecer que os modestos recursos que essa instituição põe à disposição de nosso País destinam-se a saldar débitos com outras instituições trocando-se um credor por outro, no caso mais exigente. O FMI destina-se a suprir recursos para solucionar problemas de balança de pagamentos no curto prazo, faltando-lhe experiência para o tratamento de desajustamentos estruturais profundos, como são os que se formaram entre nós no correr do último decênio. Os acordos assinados com essa instituição cerceiam a liberdade de ação de nosso governo em praticamente todos os campos da política econômica. Firmados inicialmente com duração de três anos, a tendência será para se perpetuem. Como o objetivo desses acordos é submeter a economia brasileira a um processo de reajustamentos externo e interno mediante recessão, se a eles nos submetemos, a crise atual deverá continuar a aprofundar-se com tempo indefinido.

A eliminação da tutela do FMI é condição necessária para que possamos reorganizar o serviço da dívida contraída com os bancos privados internacionais de forma a compatibilizá-lo com a reativação das atividades econômicas e a retomada do crescimento. Há algum tempo o Brasil vem atrasando o pagamento de amortização e juros de grande parte de sua dívida externa, o que significa uma situação de moratória tácita. Desta forma, o País sofre todos os ônus de uma situação de moratória, ao mesmo tempo que vê reduzida sua liberdade de ação. Os esquemas de refinanciamento que estão sendo negociados implicam novos encargos financeiros e transferem para o ano seguinte um problema que se agrava. A posição difícil em que se encontram muitos bancos nossos credores somente terá solução se os respectivos bancos centrais vierem a absorver parte das perdas que advirão.

O dever do governo brasileiro é defender os interesses do País. Em nome deles, deve ser decretada a moratória. Devemos suspender o serviço da dívida e a amortização do principal, pelo prazo de três anos (que poderá ser ampliado em função de informações precisas que se supõe serem de conhecimento do governo). Definiremos então, de modo soberano as condições básicas em que serão reiniciadas

as negociações com os bancos credores. A dívida será paga num prazo nunca inferior a 25 anos. Não repudiamos a dívida: devemos, não negamos, mas pagaremos quando pudermos e quanto pudermos, preservando as condições de vida do nosso povo e o interesse nacional. Não podemos aceitar como fez o governo até agora, contrair dívidas com taxas de juros flutuantes, que subiram de seis até vinte e um por cento, sem qualquer aviso prévio ou negociação conosco — unilateralmente — em condições tais que para cada ponto percentual de aumento dos juros a dívida se acresce de cerca de seiscentos milhões de dólares.

Cabe ao País, agora, também unilateralmente, dizer aos credores quais são as condições que possibilitam o pagamento da dívida sem prejuízos irreparáveis para o crescimento econômico do País.

Devo acrescentar, ainda, que há objeções fundadas, até de natureza constitucional — com flagrante desrespeito aos arts. 42, inciso 4.º e 44, inciso 1.º, da Constituição Federal — não apenas sobre a validade dos acordos feitos com os bancos estrangeiros pelo Banco Central e sobre as cláusulas do acordo com o FMI, que ferem a soberania nacional, mas especificamente quanto à contração de dívidas com juros flutuantes.

Muitos juristas sustentam a nulidade de contrato com cláusulas de juros flutuantes. Como ensina o professor Sérgio Ferraz, essa é uma cláusula de condição potestativa, que dá ao credor condições de alterar taxa de juros unilateralmente. É uma decisão fundada na vontade de uma só das partes, descaracteriza a conceituação jurídica do contrato.

É preciso ação rápida de política comercial.

A necessidade de normalizar as operações comerciais, em face da presente redução das linhas de crédito no Exterior, exige ação rápida e eficaz de política comercial, particularmente junto a nossos fornecedores de petróleo, quase todos empresas estatais de países menos industrializados que o nosso. A posição que ocupa o Brasil, como grande cliente dessas empresas, capacita-o para liderar negociações visando a ampliar as relações econômicas e financeiras no âmbito do Terceiro Mundo. Um plano de emergência deverá ser preparado para fazer face a uma possível redução ainda maior que a presente, no suprimento de petróleo, tendo em conta o propósito de retomada da atividade econômica.

Só assim reconquistaremos nossa liberdade para agir soberanamente, reorientando a posição do Brasil no comércio internacional e no sistema produtivo mundial de modo a contribuir para o fortalecimento de uma ordem econômica renovada na qual os interesses dos países do Sul sejam preservados diante das pressões e dos interesses dos países do Norte.

O segundo requisito prévio à implementação de uma nova política e o saneamento do sistema financeiro. As instituições monetárias e financeiras devem ser reformadas de maneira a concentrar no Banco Central o efetivo controle da criação de liquidez. O "Open Market", na sua forma atual de caricatura de mercado de dinheiro, será suprimido. A emissão de títulos pelo Tesouro Nacional deverá limitar-se aos instrumentos apropriados à regulamentação da liquidez do sistema econômico. Deve eliminar-se a cláusula de correção cambial nos títulos da dívida pública e esta deverá ser consolidada de forma a compatibilizar sua amortização e o pagamento de juros com os recursos previstos para esse fim no orçamento consolidado do setor público, conforme critérios estabelecidos, em lei, pelo Congresso.

A dívida pública deixou de ser instrumento de financiamento público e de política monetária, servindo exclusivamente como mecanismo de valorização fictícia de ativos, fator de pressão da liquidez e da taxa de juros. O total da dívida emitida que era de novecentos e nove bilhões de cruzeiros em 1981, atinge hoje a fantástica soma de treze trilhões de cruzeiros. A prosseguirem as tendências atuais do endividamento interno, o governo, para escapar da insolvência,

muito provavelmente será arrastado a promover a desindexação das relações de débito e crédito, levando à ruína um sem número de agentes econômicos.

O crescimento da dívida pública em termos reais não amplia as disponibilidades financeiras do governo, pois decorre do pagamento do seu próprio serviço. Não é diferente o panorama observado no setor privado, em que os empréstimos do sistema financeiro destinam-se à renovação do endividamento prévio das empresas, aflitas pelas atuais taxas de juros que se têm mantido em patamares que vão de trinta por cento reais até quarenta e cinco a cinquenta por cento.

A retomada do nível geral das atividades produtivas e a elevação da oferta de empregos exigem uma reforma financeira de grande profundidade, que coloque a intermediação financeira a serviço dos interesses do desenvolvimento econômico e social.

A emissão de títulos com garantia do Tesouro deverá limitar-se ao financiamento de atividades reprodutivas essenciais ao desenvolvimento da economia nacional.

A liberação de recursos que decorrerá da retirada progressiva do governo do mercado de capitais e o aumento da oferta de poupança privada possibilitado pela retomada da atividade econômica são condições necessárias para o saneamento financeiro que deverá traduzir-se em maior autonomia do sistema bancário com respeito aos circuitos financeiros internacionais. Recuperada essa autonomia, o Banco Central estará em condições de controlar os custos da intermediação financeira e de administrar as taxas de juros em função da política de desenvolvimento. Uma redução substancial dos custos financeiros é a primeira condição para absorver as fortes pressões inflacionárias atuais, que podem levar o País a taxas elevadíssimas de mais de duzentos por cento. Sem essa redução, a retomada da atividade econômica torna-se inviável.

Concomitantemente com a recuperação da liberdade de ação e a reconstrução dos instrumentos da política econômica será elaborado um plano de urgência, cujo objetivo é pôr em marcha o sistema econômico mediante plena utilização da capacidade produtiva já existente. Pontos cruciais desse plano são um rigoroso levantamento das necessidades mínimas de importação de cada setor produtivo e uma avaliação rigorosa das possibilidades de imediata substituição de importações. Conhecidas as limitações impostas pela capacidade para importar, e tidas em conta as possibilidades de transformação abertas pela indústria de bens de capital do País, será levado à prática um plano de absorção de mão-de-obra, ponto de partida da redinamização de toda a economia.

Congresso é que deve definir prioridades

Mas não basta por a economia novamente em marcha. Também é necessário retificar o seu curso, pois o crescimento econômico, que conhecemos no período do autoritarismo, pouco se preocupou com os problemas que afligem a massa da população. O bem-estar dos brasileiros substituirá a matalomania do super dimensionamento do ônus da Transamazônica a ponte Rio-Niterói, Tucuruí, Itaipu e a aventura da política nuclear. Caberá ao Congresso Nacional, restituídas suas prerrogativas e atribuições, definir as prioridades a que se devem subordinar os investimentos e gastos públicos em geral. Também os incentivos concedidos à iniciativa privada estarão enquadrados nessas prioridades.

Entre os pontos prioritários, cabe incluir o problema dos desequilíbrios regionais, particularmente a situação aflitiva em que se encontra grande parte da população do Nordeste. Somos um País que desperdiça centenas de bilhões de cruzeiros em obras faraônicas e em que outras centenas de bilhões desaparecem na voragem de falências fraudulentas. Ao mesmo tempo, milhões de brasileiros carecem do essencial para sobreviver nas zonas afetadas

por fenômenos climáticos, como a seca do Nordeste e as enchentes no Sul. É necessário retomar o problema do Nordeste pela base, vale dizer, pela reforma de sua estrutura fundiária e pelo reforçamento de pequenas e médias empresas que criam emprego. Não esqueçamos que se os efeitos das secas continuam a agravar-se é porque pouco foi feito para adaptar as atividades produtivas da região semi-árida às características ecológicas desta.

O estilo de desenvolvimento que prevalece entre nós, em grande parte, é um reflexo da própria ação do Estado. É natural, portanto, que a cidadania, exija deste uma clara explicitação dos critérios adotados na utilização dos recursos sob a responsabilidade do Governo. A denúncia dos atuais desmandos nos investimentos públicos, dos quais decorrem enormes custos para a sociedade, não devem servir para negar a importância da ação empresarial do Estado na política de desenvolvimento. Uma contra explicitação de prioridades somente é possível mediante a apresentação de um plano plurianual, aprovado pelo Congresso, que compatibiliza os dispêndios do setor público com as perspectivas de gastos no setor privado. Nos sistemas econômicos mistos, como é o nosso, as atividades reguladas pelos mercados somente funcionam normalmente se o setor público opera dentro de esquemas racionais, vale dizer se se enquadra em um planejamento que inclua investimentos e as atividades não mercantis de responsabilidade do Governo. Quem diz planejamento diz ordem de prioridades, ou seja, ordenação de objetivos, explicitação de valores. Essa tarefa cabe precipuamente ao Congresso, pois somente este pode produzir o consenso entre as distintas forças sociais que constituem a Nação. A orientação e o controle do Congresso são particularmente importantes na delimitação do campo de ação das empresas estatais. Esquemas de fontes e aplicações dos recursos financeiros destas devem figurar em anexo ao orçamento federal, no quadro de uma consolidação de todos os dispêndios do setor público. Como explicar que neste País, que conheceu tão altas taxas de crescimento e onde o Governo é responsável por parcela considerável dos investimentos, os problemas que mais afligem a população hajam sido de tal maneira negligenciados? Evidentemente porque nenhuma participação teve essa população na definição das prioridades que guiam a ação do Estado. Somente o Congresso poderá corrigir essa deformação. Portanto, a redemocratização, ou seja, a assunção pelos eleitos do povo de suas plenas responsabilidades na formulação da política econômica, também é condição necessária para resgatar o País da crise presente.

A política deve ser a esperança do povo

Em síntese, existe clara concordância de ampla maioria da população do País no sentido de condenar a política econômica seguida pelo governo. O que pretendemos, nós do PMDB é convocar a Nação para que se faça uma mudança de rumo no sentido da retomada do desenvolvimento e da redefinição das prioridades que orientam a ação do Estado. Essa mudança de rumo não será possível sem uma mobilização de forças que capacite o País para o exercício pleno de sua soberania. O projeto de política alternativa que estamos esboçando destina-se a provocar essa mobilização da sociedade. Não basta ter o projeto. Igualmente indispensável é dispor de meios para executá-lo. A mobilização nacional dos trabalhadores da classe média, do empresariado, do povo, confirmo, gerará a força, mas essa mesma mobilização somente se tornará possível se tivermos diante de nós objetivos claros e capacidade de decisão.

Urge recuperar a liberdade de ação em face das pressões externas, reconstruir os instrumentos da política econômica e redefinir prioridades para satisfazer as necessidades mais prementes da população. Trata-se de retomar o crescimento

é ao mesmo tempo redirecioná-lo. O País dispõe dos meios técnicos, científicos e empresariais para realizar essa tarefa. Nossa missão imediata é convocar a cidadania a fim de que o País se dote da vontade política sem a qual não retornaremos o caminho da construção da Pátria próspera e justa a que todos aspiramos.

Senhores congressistas.

Para o PMDB a política é a esperança, a resposta satisfatória às necessidades do povo, a debeladora das crises e calamidades que ameaçam a Nação.

E a esperança de que o Brasil é um projeto político, econômico e social viável, esperança dimensionada e motivada por ter a quarta extensão territorial do mundo, a sétima população da Humanidade, a oitava expressão econômica do Universo. Só não tem tido ultimamente, principalmente após 1964, governantes proporcionais à sua geografia e que frustraram a sua vocação de grandeza. Temos a certeza de que a Nação encontrará, na legitimidade, o caminho que a conduzirá ao desenvolvimento com o novo nome da paz e da justiça social. Em política, não basta fazer o possível, e sim o necessário, notadamente nas horas calamitosas, como as que agora amarguram a inquietam o Brasil.

A política deve ser a esperança do povo, e ela ilumina nossos corações, filha da verdade, mãe da justiça social, irmã da fé, inspiradora da coragem, esperança dos desesperados.

Ouçamos o grande Guimarães Rosa nos "Sertões e Veredas": "Digo: o real não está na saída e nem na chegada. Ele se dispõe para a gente é no meio da travessia".

O povo atravessará o atual deserto e com a democracia chegará à prosperidade com bem-estar para todos os brasileiros.

Para Sarnei: "Um grito de guerra"

"Foi um grito de guerra", afirmou o presidente do PDS, senador José Sarnei, ao analisar o discurso pronunciado ontem pelo deputado Ulisses Guimarães. "Todo mundo esperava uma palavra de entendimento, de sensatez e acabou ouvindo um discurso sem originalidade, repetitivo, sem qualquer novidade", acrescentou.

Sarnei que pretende responder a Ulisses na próxima quarta-feira, da tribuna do Senado, condenou o presidente do PMDB, por haver gerado "falsa expectativa". Para ele, Ulisses desagradou tanto ao PDS quanto aos próprios peemedebistas. "Foi até mesmo um discurso mal lido porque leu o que não gostava, sem convicção. Até o estilo foi prejudicado", sustentou Sarnei.

O dirigente pedessista disse ainda que "em vez de fortalecer o Parlamento, deixou-o exposto". E arrematou: "O PMDB tem que botar na cabeça que o tempo da UNE acabou. Essa claque organizada, esse passionalismo, isso não contribui em nada. É mais uma prova de subdesenvolvimento político".

"Uma deferência"

Já o líder do PDS, deputado Nelson Marchezan, afirmou que sua presença em plenário, ao lado do senador José Sarnei, significou "uma deferência ao deputado Ulisses Guimarães".

"Apesar de discordar de sua posição — explicou — eu pretendia dizer apenas que a liderança do PDS não responderia a seu discurso e ia congratular-me por sua volta à tribuna. Mas houve sobre mim uma manifestação inusitada de parte da oposição e resolvi apelar".

"O deputado Ulisses Guimarães — continuou — apresentou dados equivocados e expressou posições conhecidas. Seu discurso ignorou totalmente o processo de abertura política de forma que eu não poderia calar-me, porque seria muito pior."

Para o líder do PDS no Senado, Aloísio Chaves, o discurso foi "duro, enérgico, até contundente em alguns trechos. Alguns temas já são conhecidos, como a eleição direta, a reforma tributária e a Constituinte. Outros dão enfoque novo a certas questões, sobretudo no campo da economia. Eu não diria que foi um grito de guerra, mas não abriu uma clareira muito promissora para o diálogo. Por outro lado, não fechou nenhum caminho. Seja

como for, o diálogo pode ter início no Congresso Nacional, mas não deve ficar limitado a ele, pois em política essa forma hermética é quase impossível. O diálogo não terá êxito se não envolver, necessariamente, o Executivo, pedra fundamental no processo".

Abertura

Já o deputado Magalhães Pinto entendeu que o discurso mostrou uma abertura para conversações. "Não concordo que tenha sido um discurso igual a outros de parlamentares do PMDB. Na verdade, foi um discurso alto, que pede a união nacional, e que apresentou coisas com as quais não concordamos, mas que tem muitas outras que poderão ser aceitas pelo PDS. A abertura para o diálogo me pareceu o fato mais positivo", frisou o parlamentar mineiro.

Por fim, o deputado Teodorico Ferraço, um dos dissidentes do PDS, viu "diversos aspectos sobre os quais temos que meditar e os quais temos de levar a sério".

Todas as correntes endossam discurso

O discurso de Ulisses, pelo menos na primeira hora, teve o endosso de representantes de todas as correntes do partido, que usaram diferentes adjetivos para elogiá-lo.

"Irretocável, substancial, perfeito" — assim definiu a deputada Cristina Tavares, da corrente mais agressiva do partido, contrária à negociação com o governo.

"Bom, sério, na medida; um discurso que une o partido e a Nação" — proclamou o vice-líder Carlos Santana, oriundo do extinto Partido Popular e partidário da negociação.

O secretário-geral do PMDB, Francisco Pinto, disse que "esse pronunciamento coroou uma série de bons discursos feitos ultimamente por parlamentares oposicionistas".

O 2.º vice-presidente da Câmara, Valber Guimarães, um dos porta-vozes da corrente moderada, comentou: "Foi um discurso muito bom, que serve à unidade do partido. O que nós queremos é conversar dentro do Partido. Não estamos contra ninguém".

Com outras palavras elogiaram ainda o pronunciamento o senador Pedro Simon (2.º vice-presidente do partido), o deputado e ex-governador do Rio Grande do Sul, Sinval Guazelli, o ex-presidente do PMDB pernambucano, Jarbas Vasconcellos, o deputado gaúcho José Fogaça, o baiano Fernando Santana, e o vice-líder Haroldo Lima. Este último declarou que "o discurso põe por terra as tentativas de conciliação com o regime, esboçadas em setores da oposição".

ATOS DA DIRETORIA GERAL:

Portarias:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

PORTARIA Nº 569/83

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de CELSO APPARECIDO DE CASTRO, matrícula nº 144, ocupante do cargo de Consultor Legislativo B, do Grupo Ocupacional de Assessoramento e Atividades Superiores, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 6.º quinquênio, compreendido entre 1.º de outubro de 1979 e 1.º de agosto de 1983, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 5.º quinquênio e das férias referentes aos anos de 1979, 1980, 1981 e 1982, contadas em dobro. (Protoc. 6867/83)

PORTARIA Nº 570/83

I — revogar a Portaria nº 100/83, que designou para prestar serviços no Gabinete do Deputado Fuad Naclí, o funcionário ANTÔNIO CECY, matrícula nº 060, ocupante do cargo de Assessor Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia; e,

II — designar o mencionado funcionário, para prestar Assessoramento na Comissão de Cultura e Esportes.

(Protoc.)

PORTARIA Nº 571/83

designar CLÁUDIA NARA ALVES CHAVES, funcionária contratada deste Poder, como Datilógrafa, para prestar serviços no Departamento Legislativo, a partir de 03 de agosto de 1983.

PORTARIA Nº 572/83

designar MARIA HELENA DOS SANTOS, funcionária contratada deste Poder, pela Resolução nº 71/80, para prestar serviços como Datilógrafa, junto ao Gabinete da Deputada Irondi Pugliesi, a partir de 15 de agosto de 1983.

(Protoc. 7600/83)

PORTARIA Nº 573/83

mandar contar, em favor de LUIZ FERNANDO GOTTARDI, matrícula nº 546, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do inciso II, do Art. 130, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade, o tempo de um (01) ano e um (01) dia prestado entre 11 de junho de 1955 e 11 de junho de 1956, no Primeiro Batalhão de Polícia do Exército, do Primeiro Exército, do Ministério do Exército.

(Protoc. 5318/83)

Gabinete da Diretoria Geral, em 17 de agosto de 1983.

(a) CLÓVIS STADLER DE SOUZA

Diretor Geral

PORTARIA Nº 574/83

designar MANOEL AGUIAR FILHO, matrícula nº 399, ocupante do cargo de Consultor Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da Primeira Secretaria.

PORTARIA Nº 575/83

designar MARLI DE BASTOS STALCHMIDT, funcionária contratada deste Poder, como Telefonista, para prestar serviços no Departamento Administrativo, junto a Seção de Telefonia, a partir de 17 de agosto de 1983.

(Protoc. 7775/83)

PORTARIA Nº 576/83

designar LAERTES FOGGIATO, matrícula nº 456, ocupante do cargo de Consultor Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para secretariar a Comissão Parlamentar de Inquérito, sobre a Corrupção Administrativa.

(Protoc. 7652/83)

PORTARIA Nº 577/83

conceder ao funcionário DARCI ANTÔNIO BUDEL, matrícula nº 062, ocupante do cargo de Assessor Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 08 de agosto de 1983.

(Protoc. 7718/83)

PORTARIA Nº 578/83

designar LYSETTE RIBAS PUGLIELLI, funcionária contratada deste Poder, como Datilógrafa, para prestar serviços no Serviço de Biblioteca, a partir de 17 de agosto de 1983.

(Protoc. 7774/83)

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de agosto de 1983.

(a) CLÓVIS STADLER DE SOUZA

Diretor Geral

PORTARIA Nº 579/83

designar ALMIR SANTOS, matrícula nº 059, ocupante do cargo de Consultor Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Departamento Legislativo.

(Protoc. 7624/83)

PORTARIA Nº 580/83

designar PEDRINA FERREIRA, funcionária contratada deste Poder, pela Resolução nº 71/80, para prestar serviços como Datilógrafa, junto ao Gabinete do Deputado Paulo Cesar Furiatti, a partir de 30 de agosto de 1983.

(Protoc. 6975/83)

PORTARIA Nº 581/83

designar JOSIAS RAYMUNDO, funcionário da Polícia Militar do Estado, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Quarta Secretaria, até 31 de dezembro de 1984.

(Protoc. 7806/83)

PORTARIA Nº 582/83

prorrogar a permanência neste Poder, até 31 de dezembro de 1984, do funcionário BRÁULIO MOREIRA, ora à disposição deste Poder, ficando o mesmo designado para prestar serviços no Gabinete do Deputado Caíto Quintana.

(Protoc. 7808/83)

Gabinete da Diretoria Geral, em 19 de agosto de 1983.

(a) CLÓVIS STADLER DE SOUZA

Diretor Geral

PORTARIA Nº 583/83

conceder à funcionária JULIETA ROSA SAMPAIO, matrícula nº 472, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 16 de agosto de 1983.

(Protoc. 7689/83)

PORTARIA Nº 584/83

designar ERONI APARECIDA CUSTÓDIO, funcionária contratada deste Poder, pela Administração, para prestar serviços como Datilógrafa, no Departamento Administrativo, a partir de 18 de agosto de 1983.

(Protoc. 7832/83)

PORTARIA Nº 585/83

I — revogar a Portaria nº 491/83, que designou para prestar serviços no Departamento Administrativo, a funcionária MARLI MULLER, contratada deste Poder; e,

II — designar a mencionada funcionária para prestar serviços no Gabinete da Liderança do PMDB.

(Protoc. 7376/83)

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de agosto de 1983.

(a) CLÓVIS STADLER DE SOUZA

Diretor Geral

Ata das Comissões:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

10ª LEGISLATURA — 1ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de agosto de um mil, novecentos e oitenta e três, na Sala das Comissões, reuniu-se ordinariamente, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Deputado Djalma de Almeida Cesar, mais as presenças dos seguintes senhores Deputados: Irondi Pugliesi, Tadeu Lúcio Machado, Artagão Mattos Leão, Ezequias Losso, Anibal Khury, José Antônio Fonseca, Sérgio Spada, Caíto Quintana e Augusto Carneiro. Havendo número legal, o senhor Presidente declarou aberto os trabalhos da 11ª Reunião Ordinária, sendo aprovada a Ata da Reunião anterior. Nada havendo a constar da Hora do Expediente,

passou-se à seguinte Ordem do Dia: 1) PROJETO DE LEI Nº 39/83, de autoria do Deputado Rubens Bueno. Dispõe sobre o controle de agrotóxicos e outros biocidas a nível estadual, e dá outras providências. Relator Deputado Artagão Mattos Leão. Parecer FAVORÁVEL APROVADO. PROJETO DE LEI Nº 90/83, de autoria do Deputado Sabino Campos. Declara de utilidade pública a "Ação Social São Vicente de Paulo", com sede e foro no Município de Toledo. Relator Deputado Artagão Mattos Leão. Parecer FAVORÁVEL APROVADO. 3) PROPOSIÇÃO Nº 70/83, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 66/83, encaminha cópias autênticas dos termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando a execução do PROSAFRAS, no exercício de 1983. Relator Deputado Augusto Carneiro. Parecer FAVORÁVEL APROVADO com o respectivo projeto de resolução. 4) PROJETO DE LEI Nº 89/83, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 64/83, encaminha anteprojeto de lei, que autoriza o Poder Executivo reverter ao patrimônio do Estado, o imóvel situado nesta Capital, na Rua Presidente Carlos Cavalcanti, esquina João Manoel, conforme especifica. Relator Deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL APROVADO, com um voto de ressalva. 5) PROPOSIÇÃO Nº 73/83, oriunda do Poder Executivo, Mensagem nº 72/83, encaminha cópias autênticas de Termos de Cooperação e Compromisso celebrados em 30.12.81, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a construção de terminais rodoviários de passageiros, nos referidos municípios. Relator Deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL APROVADO, com o respectivo projeto de resolução. 6) PROJETO DE LEI Nº 82/83, oriundo do Poder Executivo, Mensagem nº 62/83, encaminha anteprojeto de lei que objetiva cancelar débitos para com a Fazenda Estadual, existentes até 31.12.82, decorrentes de responsabilidades funcional, e dá outras providências. Relator Deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL APROVADO. 7) PROPOSIÇÃO nº 4.975/83, de autoria do Deputado Luiz Alberto Oliveira, Solicita providências da Comissão de Constituição e Justiça, considerando a documentação anexa (Decretos nºs 771 e 777, assinados pelo Senhor Governador), nomeando Osvaldo Evangelista de Macedo Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas e Assessor Político do Gabinete do Governador. Relator Deputado Caíto Quintana. Parecer pelo ARQUIVAMENTO. APROVADO, com votos em separado do senhor Deputado Ivan Gubert e voto em separado dos Senhores Deputados Augusto Carneiro e Ezequias Losso. 8) PROJETO DE LEI Nº 193/80, de autoria do Deputado Gabriel Sampaio. Cria o Fundação Instituto de Zootecnia do Paraná - IZOPAR. Relator Deputado Caíto Quintana. Parecer no sentido de ser convertido em diligência junto à Secretaria da Agricultura. DEFERIDO. 9) PROJETO DE LEI Nº 86/83, de autoria do Deputado Paulo Furiatti. Estabelece código de uso do solo agrícola para o Estado do Paraná, e dá outras providências. Relator Deputado Caíto Quintana. Requerimento de vistas do Senhor Deputado Augusto Carneiro. DEFERIDO. 10) PROJETO DE LEI Nº 36/83, de autoria do Deputado Rubens Bueno. Toda a avaliação do imóvel, Rural ou Urbano, que se destine a servir de base para cálculo do Imposto de Transmissão de Inter-Vivos, será levada à apreciação da Prefeitura Municipal e da Câmara de Vereadores do Município de localização do imóvel. As mesmas terão o prazo de 10 (dez) dias para opinar sobre a avaliação. Relator Deputado Caíto Quintana. Requerimento de vistas do senhor Deputado José Antônio Fonseca. DEFERIDO. 11) PROJETO DE LEI Nº 79/83, de autoria do Deputado Odeni Mongruel. Assegura ao trabalhador desempregado isenção do pagamento de tarifas de Serviço Público, conforme especifica. Relator Deputado

Edmar Luiz Costa. Requerimento de vistas do Deputado Sérgio Spada. DEFERIDO. 12) PROJETO DE LEI Nº 94/83, oriundo do Poder Executivo. Mensagem nº 69/83. Encaminha anteprojeto de lei subscrevendo aumento de capital da MINEROPAR, mediante integralização pela incorporação do imóvel de propriedade do Estado, situado na Avenida Konrad Adenauer, no Bairro do Tarumã, desta Capital, com características que especifica. Relator Deputado Edmar Luiz Costa. Parecer FAVORÁVEL APROVADO. 13) PROJETO DE LEI Nº 100/83, de autoria do Deputado Luiz Alberto Oliveira. Denomina Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, o edifício sede da Companhia Paranaense de Energia Elétrica. Relator Deputado Edmar Luiz Costa. Parecer FAVORÁVEL APROVADO. 14) PROJETO DE LEI Nº 57/83, do Deputado Roberto Requião. Fica o Poder Executivo autorizado mediante convênio, repassar aos municípios, o produto da arrecadação do imposto sobre a transmissão de bens imóveis, de que trata a Lei Estadual nº 5.464, de 31 de dezembro de 1966. Relator Deputado Edmar Luiz Costa. Requerimento de vistas junto à Secretaria das Finanças. DEFERIDO. 15) PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 60/82, de autoria do Deputado Antônio Facci. Institui no Poder Legislativo, o DIPLOMA DE HORA AO MÉRITO ESPORTIVO, aos atletas paranaenses, conforme especifica. Relator Deputado Gabriel Sampaio. Parecer FAVORÁVEL APROVADO. 16) PROPOSIÇÃO Nº 76/83, oriunda do Poder Executivo, Mensagem nº 84/83. Encaminha cópias autênticas de Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a execução do PROSAFRAS, no exercício de 1983. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Parecer FAVORÁVEL APROVADO com o respectivo projeto de resolução. 17) PROPOSIÇÃO Nº 053/83, oriunda do Poder Executivo, Mensagem nº 54/83. Encaminha cópias autênticas de Termos Aditivos, datadas de 29.12.82, aos Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 01.02.82, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a execução do PROSAFRAS, exercício de 1982. Relator Deputado Tadeu Lúcio Machado. Parecer FAVORÁVEL APROVADO com o respectivo projeto de resolução. 18) PROPOSIÇÃO Nº 79/83, oriunda do Poder Executivo, Mensagem nº 79/83. Encaminha cópias autênticas de Termos de Cooperação e Compromisso, celebrados em 30.12.81, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando construção de terminais rodoviários de passageiros nos referidos municípios. Relator Deputado Tadeu Lúcio Machado. Parecer FAVORÁVEL APROVADO com o respectivo projeto de resolução. 19) PROJETO DE LEI Nº 67/83, de autoria do Deputado Artagão Mattos Leão. Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma circunscrição do Serviço de Trânsito - CIRETRAN, na sede do Município de São João do Ivaí, com jurisdição sobre os Municípios de São Pedro do Ivaí, Fênix e Lunardelli. Relator Deputado Tadeu Lúcio Machado. Parecer FAVORÁVEL APROVADO, com voto em separado do Deputado Gilberto Carvalho. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada a 11.ª Reunião Ordinária. Para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada por todos, será assinada pelo senhor Presidente, Deputado Djalma de Almeida Cesar, pelos senhores Deputados presentes e por mim, Lúcia Maria da Veiga Segall, secretária.

Sala das Comissões, em 09 de agosto de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR -
Presidente
Lúcia Maria da Veiga Segall -
Secretária

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATIVA
ATA DA 5ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 1983
(QUINTA-FEIRA)**

Presidência do senhor Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos senhores Deputados Ezequias Losso e Francisco Escorsin.

Às dezessete horas é registrada a presença dos seguintes senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Cafo Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto de Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Pérciles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes (57), achando-se em licença o senhor Deputado Fuad Nacli (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Não havendo expediente a ser lido,
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 62/83, (Mensagem e ex-Proposição n.º 12/83), que aprova Termo

Aditivo n.º 192/82, datado de 29/11/82, ao Termo de Cooperação Técnica e Financeira n.º 283/82, celebrado em 1.º/02/82, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Umuarama, objetivando a execução do PROSAFRAS, no exercício de 1982. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 62/83**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E :

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo Aditivo n.º 192/82 (1.º), datado de 29 de novembro de 1982, ao Termo de Cooperação Técnica e Financeira n.º 283/82, celebrado em 1.º de fevereiro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e o Município de Umuarama, objetivando a execução do "Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS", no exercício de 1982.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de agosto de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente
TADEU LÚCIO MACHADO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 63/83, (Mensagem e ex-Proposição n.º 02/83), que aprova os Termos Aditivos firmados em 26/08/82, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, a Termos de Cooperação Técnica e Financeira, para execução do PROSAFRAS, no exercício de 1982. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 63/83**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E :

Art. 1.º — Ficam aprovados os primeiros Termos Aditivos firmados em 26 de agosto de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e os Municípios de Amaporã, Congonhinhas, Itapejara do Oeste, Nova Aliança do Ivaí, Nova Aurora e Santa Cruz do Monte Castelo, a Termos de Cooperação Técnica e Financeira, para a execução do PROSAFRAS, no exercício de 1982, celebrados com os referidos municípios.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de agosto de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente
TADEU LÚCIO MACHADO — Relator

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a sessão.